



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Joyce Rocha de Aquino Fontoura

**ARQUIVOLOGIA E ORALIDADE: diálogos iniciais**

RIO DE JANEIRO  
2017

Joyce Rocha de Aquino Fontoura

**ARQUIVOLOGIA E ORALIDADE: diálogos iniciais**

Projeto de monografia apresentado ao Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo de Assis

RIO DE JANEIRO  
2017

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS

Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA

Escola de Arquivologia

Magnífico Reitor: Prof. Dr. Luiz Pedro San Gil Jutuca

Decano do CCHS: Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá

Diretor: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Chefe de Departamento: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

FONTOURA, Joyce Rocha de Aquino.

Arquivologia e oralidade: diálogos iniciais/ Joyce Rocha de Aquino  
Fontoura – 2017. 56 f.

Orientador: Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Estado do Rio  
de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais. Arquivologia.

Bibliografia: 4 f.

Joyce Rocha de Aquino Fontoura

**ARQUIVOLOGIA E ORALIDADE: diálogos iniciais**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovada em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**nota** \_\_\_\_\_

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis (orientador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**nota** \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Flávio Leal da Silva (segundo avaliador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**nota** \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Amir Geiger (terceiro avaliador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## RESUMO

FONTOURA, Joyce Rocha de Aquino. **Arquivologia e oralidade: diálogos iniciais**. 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

No contexto das relações entre oralidade e Arquivologia, a coletividade-memória perde lugar na construção da memória social porque ocorre a redução desta a uma memória arquivística. A memória se torna produto de um processo burocrático, em detrimento da valorização da prática da narrativa (oral) em que se sustentam as sociedades sem escrita. Esta pesquisa se dedicou a abordar, à luz da pós-modernidade, as relações entre oralidade e escrita no âmbito da Arquivologia, a partir das discussões atuais sobre a concepção de documento arquivístico. Dividido em quatro eixos, este trabalho procurou analisar: o binômio oralidade e escrita na formação da cultura ocidental moderna; o documento arquivístico; a Arquivologia e a teoria social; e a memória das sociedades orais. O estudo evidenciou que a Arquivologia encontra-se sob um novo paradigma social, científico e cultural, fator que implica na urgência de uma reformulação dos principais preceitos do campo arquivístico. Também ficou patente que tanto a escrita quanto a oralidade são fundamentais enquanto práticas sociais e podem se complementar e funcionar juntas como formas de comunicação. Dessa maneira, esta pesquisa procurou ampliar o escopo da discussão sobre a oralidade em paradoxo com os procedimentos da Arquivologia, para a concepção da oralidade como elemento fundamental e legítimo - no tocante à preservação da memória das sociedades orais - e para a possibilidade de novas publicações a respeito do tema.

**Palavras-Chave:** Arquivologia; Oralidade; Escrita; Documento arquivístico; Memória; Pós-modernidade.

## ABSTRACT

FONTOURA, Joyce Rocha de Aquino. **Arquivologia e oralidade: diálogos iniciais**. 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

In the context of the relations between orality and Archival Science, collective memory, when reduced to simple archival memory, loses its place in the construction of social memory. Memory then becomes the product of a bureaucratic process, to the detriment of the valuable (oral) narrative traditions that sustain oral societies. This research focuses on addressing, under a postmodern light, the relations between oral and writing traditions within the scope of Archival Science, in tune with modern discussions regarding the conceptualization of the archival document. Divided in four axes, this study aims to analyze: the role of the orality/writing pair in the origins of the modern western culture; the archival document; Archival Science and social theory; and the memory of oral societies. This research discovered that Archival Science is now under a new social, scientific and cultural paradigm, meaning that the core precepts of the field of Archival Science are in need of an urgent overhaul. Another unambiguous conclusion was that both writing and orality, as social practices, are fundamental and can complement one another, working together as a form of communication. Therefore, this research's goal was to broaden the scope of the discussion regarding orality, disagreeing with Archival Science's standard procedures to establish orality as a fundamental and legitimate element in the process of preserving oral societies' memory, and to open way to new works discussing this theme.

**Keywords:** Archival Science; Orality; Writing; Archival Document; Memory; Postmodernity.

*Ao Gustavo*  
*Se wo were fi na wosankofa a yenkyi.*  
*(aforismo Akan)*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, FORA TEMER!

Ao João Marcus Figueiredo, orientador que acolheu as minhas inquietações e a minha proposta de pesquisa com entusiasmo. Por sempre me receber com uma calma e paciência peculiares, mesmo nos meus momentos de maior angústia. Por ser um leitor crítico benevolente e atencioso e, por meio das aulas, referências, sugestões e correções, me ensinar o exercício diário da desconfiança e a pensar a Arquivologia fora da caixa.

Ao corpo docente da UNIRIO. Agradeço especialmente ao professor Flávio Leal, que por meio das discussões calorosas nas aulas de Ética Profissional Arquivística e Pesquisa em Arquivística, me ofereceu tantos subsídios para a elaboração deste trabalho.

À Mariana Caram, amiga querida que a UNIRIO e a Arquivologia me deram. Por compartilhar comigo todas as conquistas e aflições acadêmicas, profissionais e as dores da vida adulta. Pelas provas e trabalhos, os desafios, os dias de cansaço, as comemorações por cada bolsa de estágio, pelas risadas e pela pizza na escada do CCH. Com você ao meu lado foi muito mais fácil.

À equipe do Arquivo da Academia Brasileira de Letras por me fazer me apaixonar todo dia pela profissão que escolhi. Em especial, à Ana Renata Tartaglia, Maria Oliveira e Paulino Cardoso, por se mostrarem verdadeiros mestres e me ensinarem brilhantemente a verdadeira liderança e trabalho em equipe. Aos colegas, também ex-estagiários, agradeço pelas trocas e *insights* que também me fizeram amadurecer. *Ad immortalitatem!*

À minha primeira supervisora de estágio, Karina Yamamoto, e à última, Viviane Borges que, com muita doçura e apoio, me ajudaram na trajetória até este diploma.

Com muito amor, agradeço aos meus amigos pelo apoio desde sempre e pela promessa da cerveja gelada quando tudo isso acabar. À Flávia Kingsbury pela tradução caprichada de última hora. A Gustavo Simões, Juliana Calazans, Cecília Soares, Beatriz Gondim e Filipe de Tarso por compartilharem a dor e a delícia de fazer uma segunda graduação.

À minha mãe, pelo amor incondicional e por confiar nas minhas escolhas, pelo colo nos momentos de desalento e pelos florais. À minha avó pela companhia durante as madrugadas de estudo, pelo apoio que vem em forma de abraço e guloseimas. Ao meu irmão, por me convencer a fazer vestibular de novo e me dar de presente, sem saber, a Arquivologia.

A Andréa Intrator e Fernando Giroto, meus terapeutas e mestres.



“Acabou-se a história e morreu a vitória.

Não havia mais ninguém lá. Dera tangolomângolo na tribo Tapanhumas e os filhos dela se acabaram de um em um. Não havia mais ninguém lá. Aqueles lugares aqueles campos furos puxadouros arrastadouros meios-barrancos, aqueles matos misteriosos, tudo era a solidão do deserto... Um silêncio imenso dormia a beira-rio do Uraricoera.

Nenhum conhecido sobre a terra não sabia nem falar na falta da tribo nem contar aqueles casos tão pançudos. Quem que podia saber do herói? Agora os manos virados na sombra leprosa eram a segunda cabeça do Pai do Urubu e Macunaíma era a constelação da Ursa Maior. Ninguém jamais não podia saber tanta história bonita e a fala da tribo acabada. Um silêncio imenso dormia a beira-rio do Uraricoera.

Uma feita um homem foi lá. Era madrugadilha e Vei mandara as filhas visar o passe das estrelas. O deserto tamanho matava os peixes e os passarinhos de pavor e a própria natureza desmaiara e caíra num gesto largado por aí. A mudez era tão imensa que espichava o tamanhão dos paus no espaço. De repente no peito doendo do homem caiu uma voz da ramaria:

— Currr-pac, papac! currr-pac, papac!... O homem ficou frio de susto feito piá. Então veio brisando um guanumbi e boleboliu no beijo do homem:

— Bilo, bilo, bilo, lá... tetéia! E subiu apressado pras árvores. O homem seguindo o vôo do guanumbi, olhou pra cima.

— Puxa rama, boi! o beija-flor se riu. E escafedeu. Então o homem descobriu na ramaria um papagaio verde de bico dourado espiando pra ele. Falou:

— Dá o pé, papagaio.

O papagaio veio pousar na cabeça do homem e os dois se acompanharam. Então o pássaro principiou falando numa fala mansa, muito nova, muito! que era canto e que era cachiri com mel-de-pau, que era boa e possuía a traição das frutas desconhecidas do mato.

A tribo se acabara, a família virara sombras, a maloca ruíra minada pelas saúvas e Macunaíma subira pro céu, porém ficara o aruaí do séquito daqueles tempos de dantes em que o herói fora o grande Macunaíma imperador. E só o papagaio no silêncio do Uraricoera pre- servava do esquecimento os casos e a fala desaparecida. Só o papagaio conservava no silêncio as frases e feitos do herói.

Tudo ele contou pro homem e depois abriu asa rumo de Lisboa. E o homem sou eu, minha gente, e eu fiquei pra vos contar a história. Por isso que vim aqui. Me acorei em riba destas folhas, catei meus carrapatos, ponteei na violinha e em toque rasgado botei a boca no mundo cantando na fala impura as frases e os casos de Macunaíma, herói de nossa gente.

Tem mais não.”

Mário de Andrade

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 SOBRE A DOMESTICAÇÃO DA MENTE SELVAGEM: discussões sobre oralidade e escrita na modernidade ocidental</b>	15
2.1 <i>VERSUS, VERSUS, VERSUS...</i>	20
2.2 SOBRE O FETICHISMO DO PAPEL: a prerrogativa da escrita na burocracia	26
<b>3 SOBRE O MAL DE ARQUIVO</b>	34
3.1 SOBRE UM NOVO OLHAR: uma análise do arquivo como fonte e objeto de e para a pesquisa em Arquivologia	44
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	48
<b>REFERÊNCIAS</b>	53

## 1 INTRODUÇÃO

“Me parece que dizer que arquivo é um bem cultural, dizer que sua finalidade é servir à administração ou que suas funções são a guarda e conservação dos documentos visando a sua utilização é muito pouco para compreender a complexidade das questões [que envolvem os arquivos]”. (MARTINS, 1973, p. 443-449).

Pensar em um campo de conhecimento é pensar em todos os seus desdobramentos. A Arquivologia tradicionalmente é pensada como uma área, essencialmente, técnico-científica. Contudo, seu aspecto social é suprimido nas discussões pelos seus atores. A carência de debates sobre Arquivologia e oralidade, e outros temas relativos à teoria social, é um fenômeno sintomático, uma vez que parece denotar um descontentamento coletivo da comunidade arquivística causado pelo tangenciamento a assuntos que vão além do “núcleo duro” da Arquivologia.

A partir da definição consagrada pela área de que o arquivo é um “conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter públicas, e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (BRASIL, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e do entendimento de que o campo arquivístico é agente de preservação da memória social e de construção de uma identidade local e nacional (JARDIM, 1995, p. 2), desponta a questão: *como se dá a preservação da memória social, bem como a construção da identidade local no contexto das sociedades orais?*

Em termos de relações entre oralidade e Arquivologia, a coletividade-memória citada por Nora (1993, p. 15) perde lugar na construção da memória social porque ocorre a redução desta a uma memória arquivística, ou seja, a uma “constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar.” A memória se torna produto de um processo burocrático, fruto do “produtivismo arquivístico” a que Nora se refere, em detrimento da valorização da prática da narrativa (oral) em que se sustentam as sociedades sem escrita.

Ora, a escrita prescinde o caráter contingente da oralidade, o que antes fora movimento, dinamismo, se torna estático. Ela oferece a segurança da verdade e contribui para o estancamento do papel social do arquivo. É seguro, mas limita e tolhe. As sociedades orais, por seu turno, são pautadas pelo dinamismo das relações e das trocas, a tradutibilidade do que está na mente ocorre através da fala, e este processo sensível envolve elementos que

perpassam a memória, o esquecimento, bagagem cultural, tempo e espaço. A construção da história, memória e identidade de uma sociedade oral se transforma cada vez que um de seus indivíduos profere uma frase.

Terry Cook, em seu artigo *Arquivologia e Pós-Modernismo: novas formulações para velhos conceitos* (2001), postula a urgência da reformulação dos principais conceitos da área e aponta outras possibilidades de compreensão da disciplina e das facetas do objeto arquivo. Uma vez que a missão dos arquivos é entendida como detentora e propagadora de informações registradas, este trabalho pretende analisar de que maneira cabe pensar a oralidade nesse contexto e construir um contraponto analítico da fixação pelo documento arquivístico em relação à consolidação da memória das sociedades orais.

A presente dissertação se dedicou a analisar as relações entre oralidade e escrita no âmbito da Arquivologia, a partir das discussões atuais sobre a concepção de documento arquivístico. A inquietação que move esta investigação busca, portanto, remeter para o campo arquivístico algumas reflexões sobre o tema da oralidade, compreender as contradições que envolvem a relação entre oralidade e Arquivologia e suscitar a lembrança de que a essência da profissão do arquivista é manter útil a memória das sociedades, sejam escritas ou orais<sup>1</sup>, promovendo, deste modo, alguns diálogos entre Arquivologia e oralidade. Em verdade, existem quatro principais eixos abordados: oralidade e escrita na cultura ocidental moderna; o documento arquivístico; Arquivologia e teoria social; e memória das sociedades orais.

O interesse pelo tema de pesquisa surge em decorrência da surpreendente constatação da carência de publicações, reflexões e debates a respeito das relações entre oralidade e escrita a partir dos procedimentos arquivísticos. Em verdade, é quase nulo o número de publicações na área de Arquivologia que considerem o tema oralidade. Trata-se de um fenômeno sintomático que evoca questões que vão além da simples diferenciação entre escrita e oralidade porque denota a rejeição dos pesquisadores e profissionais sobre o assunto. Para tanto, esta investigação busca examinar as características desse fenômeno, identificar os motivos e analisar suas implicações. Neste contexto, o problema de pesquisa apresenta relevância teórica e prática à medida que desenvolve uma pesquisa da bibliografia, analisa as lacunas existentes na literatura, suscita reflexões e debates sobre o tema e contribui para a ampliação do escopo da discussão sobre a oralidade em paradoxo com os procedimentos da Arquivologia, para a concepção da oralidade como elemento fundamental e legítimo - no

---

<sup>1</sup> Paráfrase da epígrafe do livro de Marilena Leite Paes, *Arquivo: teoria e prática*, 3 ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Originalmente uma frase de Jorge Gustavo da Costa que diz “A essência da profissão de arquivista é manter útil a memória da instituição”.

tocante à preservação da memória das sociedades orais - e provavelmente para a possibilidade de novas publicações a respeito deste assunto.

Do ponto de vista da abordagem, a pesquisa proposta é de cunho qualitativo porque busca interpretar e atribuir significados aos fenômenos decorrentes das relações entre a oralidade e a escrita no contexto arquivístico. Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa do tipo: exploratória, descritiva e analítica, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica. Exploratória porque pretende abordar a oralidade, uma questão pouco trabalhada na Arquivologia, e ampliar o seu escopo nesta área de conhecimento. Descritiva porque visa descrever processos que envolvem a oralidade e escrita, bem como a forma como estes elementos se relacionam com a Arquivologia.

Apesar de seu caráter indissociável, os dois capítulos foram desenvolvidos de modo a, na medida do possível, gozar de alguma autonomia. De certo modo, em cada um se delinea o conjunto das reflexões desenvolvidas neste trabalho. O primeiro capítulo procurou identificar as especificidades da oralidade e da escrita e suas relevâncias para a formação da cultura ocidental moderna e analisar as relações de poder entre Estado e sociedade por meio de processos que privilegiam a escrita em detrimento da oralidade, como a administração burocrática. O segundo capítulo procurou debater e problematizar o documento arquivístico tradicional, no que concerne aos contrapontos entre escrita, oralidade e memória, e a ampliação de seu sentido na Arquivologia, à luz da pós-modernidade.

Para abordar as relevâncias da oralidade e escrita enquanto práticas sociais, recorreremos aos artigos *Oralidade e escrita* (1997) e *Oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo* (2001), ambos de Luiz Antônio Marcuschi, para analisar a dicotomia entre oralidade e escrita no contexto da formação da cultura ocidental moderna, na medida em que o autor adverte:

Parece inadequado postular que a escrita favorece o surgimento do pensamento lógico e abstrato que não existiria em culturas iletradas. O certo é que o raciocínio lógico e abstrato existe em todas as culturas, pois todas elas sempre classificaram os seres animados e as coisas animadas e as coisas inanimadas, bem como os fatos sociais, como a questão do parentesco em sistemas internamente coerentes. O fato de essas classificações não coincidirem com as nossas é um problema para nós e não para eles. E neste caso, não podemos simplesmente inferir que lemos hoje o mundo pela atividade da escrita com outras categorias ou com mais abstração do que com quem não possui a escrita. (ibidem, p. 57).

Tais provocações encontraram apoio nas ideias de Jack Goody, que também oferece contributos para as análises elaboradas nesta pesquisa a partir dos livros *Domesticação do*

*pensamento selvagem* (2012a) - por seu caráter representativo da “grande virada” cognitiva evidenciada pela introdução da escrita - e *O mito, o ritual e o oral* (2012b).

Repetimos, em decorrência da ausência de bibliografia que oferecesse subsídios para o eixo oralidade e escrita no contexto arquivístico propriamente dito, o artigo de Cook (2001) foi utilizado como embasamento para esta investigação. Apesar de não abordar propriamente os assuntos oralidade e escrita, ou sua relação com a Arquivologia em seu conteúdo, recorremos a esta publicação para corroborar a importância de aceitar e conceber a oralidade como elemento constituinte fundamental na preservação da memória das sociedades orais, bem como a escrita o é nas sociedades que nela se pautam. E, em tempo, tentar identificar os motivos que contribuem para a recusa da área em tratar deste assunto. Para isto, é necessário o movimento de mudança nos paradigmas que sustentam o campo arquivístico.

Interessa-nos, sobretudo, focar a argumentação que o autor apresenta logo no resumo de seu artigo: a urgência de uma reformulação dos principais conceitos da área e a indicação de outras possibilidades de compreensão da disciplina e das facetas do objeto arquivo:

O Pós-modernismo não é a única razão para reformular os principais preceitos da Arquivologia. Mudanças significativas no objetivo dos Arquivos como instituições e a natureza dos documentos arquivísticos são outros fatores que, combinados com percepções Pós-modernas, formam a base da nova percepção dos Arquivos como documentos arquivísticos, instituições e profissão na sociedade. (COOK, 2001, p. 123).

A carência de disponibilidade de material bibliográfico para a discussão, equacionamento e solução do problema revela a inviabilidade deste quadro permanecer estático, a urgência em reformular os preceitos e paradigmas que orientam o campo arquivístico e a inclusão do tópico em questão nas agendas de pesquisas da área.

Não há pretensão de se alcançar um esgotamento do assunto, nem encontrar soluções definitivas, mas levantar questionamentos e evocar reflexões acerca deste tópico porque profícuos para o desenvolvimento de um interesse crescente quanto ao aspecto social da Arquivologia e ao processo de preservação da memória das sociedades ditas orais. Sempre que possível, buscamos incluir nas discussões as preocupações contemporâneas que permeiam o campo arquivístico e servem de fundamento para o impulso que deu origem a esta pesquisa. Este trabalho não nasce na neutralidade e conhece os perigos próprios de sua época. É por isso que suas considerações finais não tratam somente de questionamentos e críticas, mas também de suas relações com o nosso tempo e com uma nova geração de arquivistas. A pergunta com que iniciamos estas reflexões, e que proponho ao leitor, frente aos perigos do nosso tempo (a

pós-modernidade?), diante das análises sobre Arquivologia e oralidade, e à luz de Walter Benjamin (1996), é: *o que se perde com os arquivos, já que estes não estão preocupados com a narrativa própria da tradição oral?*

## 2 SOBRE A DOMESTICAÇÃO DA MENTE SELVAGEM: discussões sobre oralidade e escrita na modernidade ocidental

“Não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural. A razão disso é muito simples: não sabemos o que é o universo.” (BORGES, 1952, p. 124).

Neste capítulo apresentaremos um arcabouço teórico para a reflexão sobre os contrapontos e problemas teórico-conceituais que tangenciam a relação entre o binômio *oralidade e escrita*, a propósito de suas relevâncias para a formação da cultura ocidental moderna, perpassando, desse modo, os campos da Arquivologia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Educação e Linguística.

As relações entre oralidade e escrita estão inseridas em um contexto associado de maneira intrínseca e complexa a questões que ultrapassam a sua simples diferenciação - a saber, como formas de construção, exposições do raciocínio, sistemas de representação, apropriações discursivas, formas de transmissão de conhecimento, acessos cognitivos, maneiras de compreender o mundo, práticas sociais - porque também recaem sobre aquilo que o antropólogo britânico Jack Goody (2012a, p. 20) denomina “binarismo etnocêntrico embutido em todas as nossas categorias, desde a divisão das sociedades mundiais em primitivas e avançadas, europeias e não europeias, simples e complexas”.

Como ponto de partida para esta reflexão, é interessante dialogar com algumas das discussões promovidas por Goody, em seu livro *A domesticação da mente selvagem* (2012a), e por Marcuschi, em seu artigo *Oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo?* (2001), entre elas, a contestação da controversa visão de que o advento da escrita motivaria um processo evolutivo e conduziria o ser humano ao raciocínio lógico e de que oralidade e escrita são práticas opostas que configuram como dois acessos cognitivos qualitativamente diferentes no que tange às formas de expressar e compreender o mundo. É nesse limiar entre a oralidade, considerada “primitiva” e “subdesenvolvida”, e a escrita, “moderna” e “desenvolvida”, que Goody (2012a, p. 14-15) afirma que:

Ao aceitar as críticas funcionalistas e estruturalistas, admitindo a necessidade de provar em vez de presumir a diferença, fica muito fácil deixar de lado as questões desenvolvimentistas como pseudo-histórica, como “evolucionárias” ou como especulativas. No entanto, ao fazê-lo, nós, apesar disso, voltamos para um modo de discurso, um conjunto de categorias, tais como primitivo e avançado, simples e complexo, em desenvolvimento e desenvolvido, tradicional e moderno, pré-capitalista e capitalista etc., que implica mudanças de um tipo mais ou menos unidirecional. Qualquer recurso ao trabalho comparativo necessariamente faz surgir a questão evolucionária. [...] Esses problemas são intrínsecos a uma compreensão de



nossa experiência individual e do mundo com um todo, tanto no espaço quanto no tempo.

É diante desse impasse que se ergue a nossa discussão. Segundo Marcuschi (2001), a proposta evolucionista não surge aqui como uma tentativa de resolução das questões sobre os efeitos cognitivos da introdução da escrita, mas para um agravamento dos problemas que as envolve. Por isso, o autor abre seu estudo esclarecendo que oralidade e escrita **não** são dois acessos cognitivos qualitativamente diferentes, uma vez que não há evidências concretas de que a escrita tenha a propriedade de elevar o nível cognitivo das culturas que dela se utilizam. Insistir nessa afirmação “implicaria atribuir à escrita propriedades imanentes que certamente não tem” (MARCUSCHI, 2001, p. 42), quando, na realidade, o que se dá é o desenvolvimento do conhecimento em um formato lógico. Em tempo, usar como justificativa para a evolução da mente humana a premência da exorbitante (e sempre crescente) produção de conhecimentos constituiria indução ao erro, pois estaria inferindo, arbitrariamente, causas a partir de efeitos. Reiteramos, pois: a escrita não é uma faculdade imperiosa para o desencadeamento do processo evolutivo humano em termos de intelecto, e sustentar essa concepção falaciosa da escrita como “força motora do avanço intelectual” é perpetuar a prerrogativa da escrita em detrimento da oralidade. Sobre tal problemática, o linguista continua a provocar:

Se é difícil admitir que a cognição tenha uma história evolutiva, muito mais difícil ainda é admitir que uma tecnologia específica, tal como a escrita, em especial a escrita alfabética, tenha conseguido operar, em menos de cinco anos uma revolução de tal monta, fazendo evoluir de maneira significativa nossas capacidades cognitivas. (idem, *ibidem*, p. 42).

A grande questão está na hipótese, de natureza maniqueísta e sem fundamentação concreta, de que a escrita conduziria ao raciocínio lógico e abstrato. Nessa concepção, o advento da escrita denotaria um processo evolutivo da mente humana, na medida em que reestruturaria o pensamento e encerraria duas formas diferentes de raciocínio: o lógico-empírico (ou abstrato), advindo da escrita, e o pré-lógico (ou mítico), característico das sociedades puramente orais<sup>2</sup>. Sublinhemos aqui que o uso do termo "pré-lógico" por muitos pesquisadores do assunto não é fortuito e, no fundo, pressupõe a inferioridade das culturas “não-ocidentalizadas”, porque afirma que o homem teria mudado cognitivamente desde que se tornou letrado e/ou alfabetizado. Em outras palavras, o ser humano teria passado de “selvagem” a “civilizado”. Sobre isso, o linguista defende que:

<sup>2</sup> LÉVY-BRUHL, L. *Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures*. Paris: Alcan, 1910.

Parece inadequado postular que a escrita favorece o surgimento do pensamento lógico e abstrato que não existiria em culturas iletradas. O certo é que o raciocínio lógico e abstrato existe em todas as culturas, pois todas elas sempre classificaram os seres animados e as coisas animadas e as coisas inanimadas, bem como os fatos sociais, como a questão do parentesco em sistemas internamente coerentes. O fato de essas classificações não coincidirem com as nossas é um problema para nós e não para eles. E neste caso, não podemos simplesmente inferir que lemos hoje o mundo pela atividade da escrita com outras categorias ou com mais abstração do que com quem não possui a escrita. (idem, *ibidem*, p. 57).

Ora, assim como os povos letrados, os povos que têm uma premência de oralidade também dispõem de uma lógica complexa. Independentemente da escrita e da introdução do alfabeto, o ser humano conta com uma lógica da oralidade que também o viabiliza a classificar as coisas, as pessoas e os acontecimentos; e, em virtude dessas lógicas classificatórias, ele é capaz de construir, ter uma lógica mental e mnemônica e separar os entes. Para compreender melhor esse ponto de vista, podemos recorrer às listas de Goody (2012a).

De acordo com o antropólogo, as listas possuem uma relação estreita com a linguagem e, principalmente, com a escrita. As listas não se configuram como transposições fieis da fala porque não há continuidade nem construção como se observa na prática da fala; elas não representam exatamente a realidade, mas a *classificação* da realidade. Goody recorre, inclusive, à polissemia da palavra para esclarecer um de seus possíveis sentidos como intimamente associado à ideia de fronteira, de limite, da qual deriva o seu significado de preferência: um catálogo, uma série de palavras elencadas, um esquema de organização do mundo. De acordo com o autor:

A lista baseia-se na descontinuidade, e não na continuidade; pressupõe uma certa localização física, podendo ser lida em diferentes direções: lateral e verticalmente, de cima para baixo ou da esquerda para a direita; e apresenta ainda um começo bem definido e um fim preciso, ou seja, apresenta um limite, ou uma orla, como uma peça de vestuário. Mais importante, a lista facilita a ordenação das diferentes rubricas pelo número, pelo som inicial, pela categoria, etc. E a existência de limites, externos e internos, cria uma maior visibilidade das categorias, ao mesmo tempo que as torna mais abstratas. (idem, *ibidem*, p. 93).

Apesar de viabilizar uma determinada forma de organização de difícil apreensão na linguagem oral, devido ao seu caráter limitante em termos de continuidade e contexto, Goody afirma não poder garantir a inexistência de listas nas culturas orais, afinal, “a classificação é uma condição óbvia da língua e do conhecimento”, logo, ela não depende rigorosamente do uso da escrita. Contudo, esclarece que os sistemas de classificação envolvidos no discurso

oral são definitivamente diferentes daqueles empregados nas listas escritas. Ou seja, o que nos interessa para esta reflexão é compreender que a categorização do mundo, a construção das relações classificatórias sobre as coisas são passíveis de ocorrer tanto no discurso oral quanto na escrita, apesar de se desenvolver de maneira diferente em cada circunstância.

Zilberman (2006, p. 121) nos oferece uma elucidação muito interessante a respeito dessa abstração que é classificar as coisas e os fatos:

Na linguagem, e em especial na oralidade, desembocam as preocupações de Walter Benjamin. O ato de nomeação extrai a natureza das coisas, fazendo com que a palavra as imite, podendo passar por elas. Ao mesmo tempo em que o substantivo manifesta, por mimetismo, o ser do objeto que expressa, pode substituí-lo. Palavras e coisas se identificam, conforme um sentimento mágico de que são exemplos algumas religiões, conforme as quais se proíbe o uso de determinados vocábulos para não atrair a atenção de seus portadores.

A título de ilustração, recorreremos a duas obras que fazem coro à preocupação de Benjamin em relação ao fetichismo do racionalismo exacerbado. A primeira é *A Traição das Imagens*<sup>3</sup>, uma das mais célebres pinturas do surrealista belga René Magritte. Com a pintura de um simples cachimbo acompanhado da frase subscrita *Ceci n'est pas une pipe*<sup>4</sup>, Magritte coloca em xeque os conceitos de classificação e representação tal como os concebemos e eterniza, em forma de quadro, um desafio à ordem social e um ataque à maneira de ver e pensar o mundo. A segunda é uma das mais profundas poesias do poeta lusitano Fernando Pessoa (1946, p. 64), *Passa uma borboleta*, sob o pseudônimo Alberto Caeiro.

Passa uma borboleta por diante de mim  
E pela primeira vez no Universo eu reparo  
Que as borboletas não têm cor nem movimento,  
Assim como as flores não têm perfume nem cor.  
A cor é que tem cor nas asas da borboleta,  
No movimento da borboleta o movimento é que se move,  
O perfume é que tem perfume no perfume da flor.  
A borboleta é apenas borboleta  
E a flor é apenas flor.

Pessoa nos convida a refletir sobre a relação entre significado e significante e traz à tona a ânsia, presente no ser humano, de organizar o mundo sistematicamente em “isso” e “aquilo”, geralmente, desconsiderando o fato de que as classificações são meras convenções sociais – afinal, os nomes não são as coisas em si. Borges também reforça essa crítica quando afirma que “não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjectural” (BORGES,

<sup>3</sup> “La trahison des images”, René Magritte, 1928-1929.

<sup>4</sup> Em livre tradução do francês significa “Isso não é um cachimbo”.

1952, p. 124). É provável que a latente necessidade de classificarmos “as realidades hierarquizando-as e subordinando-as às lógicas produzidas pelo pensamento” (ASSIS, 2012, p. 28) advenha de um desejo de reduzir as coisas e os fatos a palavras – e confiná-los na escrita - até obtermos controle sobre aquilo que desconhecemos ou não compreendemos e, dessa maneira, conseguirmos explicar o mundo.

Ao analisar o processo classificatório no mundo ocidental, Assis (2012, p. 35) conclui que:

Os modelos tomados como fundantes da lógica própria do que denominamos “ocidente” foram os de Sócrates e mais ainda os de Platão e Aristóteles. Modos de pensar fundamentados no princípio de identidade onde o “ser” só pode ser aquilo que é. A mudança era um complicador nessa forma de estabelecer contato com a realidade. Tal complicador foi “resolvido” a partir da dialética aristotélica, a qual apresentou o princípio de mudança contido no próprio ser. Segundo Aristóteles, a mudança não transforma, necessariamente, o ser em outro ser. No princípio de identidade, na perspectiva de Parmênides, “o ser é e o não ser não é”. O princípio de identidade busca a pureza do falar sobre o ser, ou seja, a definição dos termos em categorias claras e distintas. A confusão não clareia o ser.

Ainda no contexto da classificação binária e ocidental, o princípio de identidade abordado por Assis nos remete a uma ideia de tentativa de controle da vida, na medida em que esta se encontra sob a iminência constante de instauração do caos (leia-se caos por mutabilidade, mobilidade, multiplicidade da vida). Tal tentativa de controle se fundamenta em uma espécie de “gramática da vida”, que pressupõe um caráter único, imóvel, imutável e eterno da realidade: uma condição puramente kafkiana. Em resposta a essa tentativa, Parmênides afirma que a realidade se configura como um “leito de Procusto<sup>5</sup>”, em decorrência da impossibilidade da existência se encaixar no ideal utópico de total controle sobre os fenômenos da vida. À semelhança do “leito de Procusto”, a classificação ocidental não surge em decorrência do significado real das coisas, mas para encaixar a coisa real no significado abstrato. O que é, é, o que não é, não é. O que, ou quem, não se encaixa nas classificações de mundo pré-concebidas pelo ocidente (ou seja, quem não cabe no leito de ferro), pode ser excluído e hostilizado.

## 2.1 *VERSUS, VERSUS, VERSUS...*

---

<sup>5</sup> Segundo a mitologia grega, Procasto era um bandido que vivia em uma floresta. Após convidar os viajantes que percorriam os caminhos da antiga Grécia a passar a noite em sua casa, seduzia-os com uma recepção calorosa. Depois de vencidas pelo cansaço, ele obrigava suas vítimas a deitarem-se em um leito de ferro e cortava-lhes os pés, quando ultrapassavam o tamanho deste, e estirava-os com cordas quando não lhe alcançavam o tamanho. Seu objetivo é que ficassem na medida exata de seu leito. Ninguém sobrevivia. Procasto teve o mesmo fim de suas vítimas: seus pés foram cortados por Teseu.

“Contra todos os importadores de consciência enlatada. A existência palpável da vida. E a mentalidade pré-lógica para o Sr. Lévy-Bruhl estudar.” (Oswald de Andrade, 1928).

Apesar de insipiente, a ideia da dicotomia de “mente” ou “pensamento” entre selvagem (ou “anterior”) e domesticado permaneceu por muito tempo nos anais das Ciências Sociais e da Psicologia. Em *A domesticação do pensamento selvagem* (2012), Goody faz críticas taxativas aos pensadores que postularam a divisão entre sociedades sem escrita e sociedades com escrita. O autor afirma serem impertinentes quaisquer distinções categóricas, como as de Claude Lévi-Strauss em sua obra *O pensamento selvagem*, publicado pela primeira vez em 1962. No livro, o autor busca justificar uma visão dualista do mundo ao assumir a dicotomia etnocêntrica de *pensamento selvagem versus pensamento lógico-empírico*, ratificar a ideia de separação das culturas em dois grandes grupos *as letradas versus as não-letradas*; e presumir a divisão entre “eles” (primitivos) e “nós” (avançados) ao conceber a escrita como uma ferramenta para a domesticação da mente selvagem (MARCUSCHI, 2001, p. 49). Leia-se aqui domesticação da mente selvagem como fruto da “imposição de observadores ocidentais ao mundo não europeu” (GOODY, 2012a, p. 17). O uso do termo “selvagem” por si só já projeta uma retórica dualista, conforme busca animalizar os povos que diferem daquilo que se concebe como “normal” no mundo eurocentrado, e reflete uma relação de alteridade.

Certamente não desejo negar que existem diferenças no “pensamento” ou “mente” do “nós” e do “eles”, nem que os problemas que podem ter preocupado muitos observadores, entre eles Durkheim, Lévy-Bruhl e Lévi-Strauss, não têm importância. Mas a maneira como eles foram abordados parece gerar toda uma série de dúvidas. Talvez eu possa expressar a dificuldade principal que encontro nisso em termos de experiência pessoal. No decorrer de vários anos em que vivi entre povos de “outras culturas” nunca vivenciei os tipos de hiato em comunicação que deveriam ocorrer se eu e eles estivéssemos abordando o mundo físico de extremidades opostas. O fato de essa experiência não ser peculiar parece evidente quando examinamos as mudanças contemporâneas ocorrendo em países em desenvolvimento em que a mudança do Neolítico para a ciência moderna está encapsulada no espaço da vida de um homem. O menino que foi criado como *bricoleur* se torna um engenheiro. Ele tem suas dificuldades, mas elas não se encontram no nível de uma oposição geral entre mentes, pensamentos ou abordagens selvagens ou domesticadas e, sim, em um nível muito mais particularista. (idem, *ibidem*, p. 20).

A oralidade continua sendo entendida como o campo da improvisação, da mudança, do dinamismo, da subjetividade. Em contrapartida, a escrita pode ser compreendida a partir de uma forma rígida, cristalizada, é carregada de objetividade, é controle, estancamento, registro

*fixo* e tem pretensão de ser eterna: a escrita é a formalização da coisa. E denota, por natureza, uma impessoalidade típica da burocracia. Impessoalidade essa que não acontece necessariamente na fala (oralidade).

Entre as armadilhas de se considerar categorias etnocêntricas como matrizes para pensar os fatos sociais está o problema de que elas sempre partirão de um referencial distorcido, que preconiza determinadas sociedades como superiores e mais desenvolvidas do que as demais. Em geral, as abordagens de caráter comparativo sobre quaisquer realidades tendem a tombar em uma perspectiva estreita e limitada, o que só pode levar a um resultado tolo e arbitrário: a violência ideológica. O “outro” (sempre o outro) é inferior a “nós”. Não se pode pressupor que todas as culturas se utilizem e funcionem a partir dos mesmos modelos classificatórios preconizados pela “lógica própria que denominamos ‘ocidente’” (ASSIS, 2012, p. 35), nem reduzir as que não os adotam à denominação de “bárbaros”. Logo,

O grande problema dessas dicotomias é serem ingenuamente fruto de uma visão linear da história como cumulativa e progressiva. Faltam-lhes dialeticidade e dinamismo. Não podemos eleger um aspecto, mesmo que central, a partir do qual determinamos todas as demais teorias classificatórias. Aspecto altamente nefasto é a visão etnocêntrica a que quase todas as dicotomias nos submetem quando as aceitamos e passamos a falar em coisas como “a passagem do mito à história”, ou “a passagem da magia à ciência”. (MARCUSCHI, 2001, p. 44-45).

Segundo Berwanger e Leal (2008, p. 39):

a origem da escrita perde-se na neblina dos tempos. Se comparada ao desenvolvimento intelectual da humanidade, data de um passado recente, pois não há provas concretas de qualquer sistema completo de escrita antes do século IV a.C.: a História testemunha seu primeiro uso entre 4000 e 3000 a.C. Entre as mais antigas, estão a escrita sumeriana, a acadiana, a egípcia e a chinesa. De qualquer forma, era considerada tão importante pelos antigos povos que esses atribuíam sua invenção a deuses e heróis.

Embora o surgimento, quase simultâneo, da escrita em vários lugares do mundo<sup>6</sup> sugira um processo evolutivo, não é acurado dizer que ela traçou as fronteiras entre culturas “primitivas” e “civilizadas”. Berwanger e Leal (ibidem, p. 42), estabelecem que há quatro possíveis hipóteses sobre a origem da escrita: administrativa, política, religiosa e literária. Sendo a mais provável a hipótese de que a escrita adveio em decorrência da necessidade de

---

<sup>6</sup> Na prática, não se pode atribuir o surgimento da escrita a apenas uma única sociedade. Estima-se que as civilizações mesopotâmica (escrita cuneiforme), egípcia (hieróglifo), chinesa (ideográfica) e as americanas começaram a desenvolver seus sistemas de representação gráfica aproximadamente no mesmo período, por volta de 3500 a.C. a 4000 a.C..

*controle* das atividades administrativas e econômicas (mercadológicas), se consolidando, posteriormente nas atividades políticas e jurídicas com a finalidade de consulta e prova.

A escrita teria nascido para resolver problemas burocráticos das sociedades, anotar registros precisos e extensos de produções agrícolas, registros comerciais (débito/crédito), a fim de ajudar a memória, além do que podiam ser consultados por várias pessoas durante muito tempo. A confecção dos registros e sua custódia estava a cargo da classe sacerdotal que, no princípio, acumulava as funções administrativa e religiosa. Começa, então, o desenvolvimento da escrita, aperfeiçoada ao ser transmitida aos novos membros do sacerdócio. A escrita passa, então, a ser utilizada com fins políticos e religiosos. Mas a causa administrativa não é suficiente como marco de nascimento da escrita, porque numerosos povos que não a conheceram possuíam normas jurídicas, econômicas e morais transmitidas oralmente. (idem, *ibidem*, p. 43).

A motivação para a sua criação foi uma necessidade de assentar conhecimentos: foi uma consequência, não a causa. Os gregos, por exemplo, valeram-se da escrita para sistematizar seus conhecimentos, mas não o fizeram em forma de textos como fazemos hoje. É fundamental reiterar que a escrita é capaz de modificar e construir o pensamento, mas que na oralidade esses processos *também ocorrem*; nada impede a construção mental. Por isso, reduzir a cognição dos indivíduos letrados apenas a um “trabalho intramental” pode acarretar ideias etnocêntricas e equivocadas a respeito das sociedades ágrafas. Refletir sobre esses fatos contribui positivamente para a quebra do paradigma no tocante à hierarquização da escrita sobre a oralidade na modernidade ocidental.

A passagem da oralidade para escrita não constitui um processo homogêneo: nem todos passam de um para o outro da mesma maneira ou no mesmo contexto. O psicólogo russo Lev Vygostky, ao falar sobre sua teoria a respeito do “discurso interior<sup>7</sup>”, observa que a tradutibilidade daquilo que está na mente para a oralidade e da oralidade para a escrita não são processos simplistas nem fáceis. Aliás, o nível de abstração que demanda apenas falar e pensar em uma língua, por si só, já denota de maneira significativa a complexidade dos processos de que todos os seres humanos (salvo exceções), letrados ou iletrados, são capazes

---

<sup>7</sup> Segundo Passos e Rabello (2008), “o “discurso interior” se dá quando as palavras passam a ser pensadas, sem que necessariamente sejam faladas. É um pensamento em palavras. No entanto, o pensamento é um plano mais profundo do discurso interior, que tem por função criar conexões e resolver problemas, o que não é, necessariamente, feito em palavras. É algo feito de idéias, que muitas vezes nem conseguimos verbalizar, ou demoramos ainda um tempo para achar as palavras certas para exprimir um pensamento. O pensamento não coincide de forma exata com os significados das palavras. O pensamento vai além, porque capta as relações entre as palavras de uma forma mais complexa e completa que a gramática faz na linguagem escrita e falada. Para a expressão verbal do pensamento, às vezes é preciso um esforço grande para concentrar todo o conteúdo de uma reflexão em uma frase ou em um discurso. Portanto, podemos concluir que o pensamento não se reflete na palavra; realiza-se nela, na medida em que é a linguagem que permite a transmissão do seu pensamento para outra pessoa (Vygotsky, 1998)”.

de dar conta, independentemente da aquisição da escrita. Dito isto, *como é possível afirmar que as sociedades orais são inferiores às letradas?*

[...] essa pergunta implica uma oposição binária entre “nosso” tipo de sociedade e a “deles”; e sua resposta exige uma busca pelo mundo de casos positivos e negativos para confirmar nossas ideias sobre os fatores relevantes. Não há nada de errado com a busca em si, mas precisamos admitir que a natureza etnocêntrica de seu ponto de partida e o fato de essa dicotomização do “nós” e “eles” restringir o campo tanto do tópico quanto de sua explicação. Ela nos empurra mais uma vez para o uso de categorias binárias e, embora introduza uma perspectiva desenvolvimentista, tenta procurar um ponto de ruptura único, uma Grande Divisória [...]. (GOODY, 2012a, p. 15).

Enquanto tece críticas à escolha epistemológica dos cientistas sociais e antropólogos de vanguarda (Comte, Marx, Spencer, Weber, Durkheim, Maine, Morgan, entre outros) de fundamentar-se em conceitos comparativos e evolucionários para tentar compreender e sistematizar as sociedades “não-civilizadas”, Goody (ibidem, p. 15) observa que “não há nada de errado com a busca em si, mas precisamos admitir a natureza etnocêntrica de seu ponto de partida e o fato de essa dicotomização do “nós” e “eles” restringir o campo tanto do tópico quanto de sua explicação”. A inclinação para o uso de formas dicotomizadas para estudar as relações entre escrita e oralidade não se dá em decorrência destas serem opositivas, e sim porque é essa a maneira geral como “nós” compreendemos o mundo a partir de padrões “ocidentais”: limitados à dualidade e, não raro, àquilo que não fuja à “normalidade” a que estamos habituados.

Em consonância com tal discussão sobre as teorias classificatórias mencionadas por Marcuschi, a filósofa portuguesa Olga Pombo (1988, p. 20), em seu artigo *Da classificação dos seres à classificação dos saberes*, serve-se d’ *As Palavras e as coisas*, de Foucault, para arrematar:

“Anteriores às palavras, às percepções e aos gestos” (Foucault, 1966: 9) as classificações primordiais aparecem-nos como óbvias e inquestionáveis. Elas são, como diz Foucault (1966: 10), os “códigos ordenadores” da nossa cultura. Códigos fundamentais de todas as culturas, não no sentido vulgarmente sociológico e relativista de instituições que variam de uma “idade” para outra, de uma “geografia” para outra, mas como aqueles que “fixam logo à entrada, para cada homem, as ordens empíricas com ele terá que lidar e em que se há de encontrar” (Foucault, 1966: 8), solos epistêmicos “onde os próprios conhecimentos enraízam a sua possibilidade” (Foucault, 1966: 10) e onde o olhar minucioso, descritivo, hierarquizador e relacional que torna possível a constituição de todos os saberes encontra o seu próprio princípio da constituição.



Tanta necessidade de “afirmar a natureza dessas diferenças em termos gerais – a passagem do mito à história, de magia à ciência, de *status* a contrato, de frio a quente, de concreto a abstrato, de coletivo a individual, de rito à racionalidade” (GOODY, 2012a, p. 16), pode espelhar uma tentativa curiosa de “se manter no controle”.

É inegável que as referências internas sejam mecanismos importantes e indispensáveis para a sobrevivência do ser humano. Elas são frutos de experiências individuais e coletivas em níveis físico, emocional, mental, moral, intelectual, que, uma vez ocorridas, são registradas na nossa mente e tornam-se conhecimento adquirido. Um exemplo simplista, mas conveniente: se você tocar na parte metálica de um ferro de passar ligado, se queimará e, então, registrará e “arquivará” em sua mente a informação de que é melhor evitar tocar na parte metálica de ferros de passar enquanto estiverem ligados para não se ferir. De maneira similar também se construirão as demais referências e você aprenderá o que é agradável, o que não é agradável, em quem confiar, em quem não confiar, como se portar em cada contexto etc. Graças a essa “bagagem de vida”, a espécie humana continua existindo. No entanto, existe um perigo iminente em pensar os outros a partir das nossas referências internas sem considerar o contexto, sem considerar, aliás, também as referências internas deles e suas idiosincrasias: cair na arbitrariedade e na dicotomia etnocêntrica “nós” e “eles”, a “grande divisória” a que Goody (ibidem, p. 15) se referiu. As experiências trocadas com os “outros” também nos enriquecem e somam-se às nossas para “evoluirmos”.

Ambos, Goody (2012a) e Marcuschi (2001), propõem o distanciamento das dicotomias como fatos empíricos e o desnudamento das arbitrariedades decorrentes do etnocentrismo para enxergar e compreender as realidades como elas realmente são. Dito isto, é importante compreender que a lógica da escrita não é o oposto da lógica da fala. Oralidade e escrita não se excluem, nem são opostas, mas se complementam mutuamente<sup>8</sup>, elas não se substituem nem deixam de coexistir. Nesse contexto a conclusão é de que:

[...] temos de ter muito cuidado quando falamos sobre o declínio da transmissão oral. Isso pode significar duas coisas: um declínio comparado com a transmissão em culturas puramente orais e um declínio no componente transmitido oralmente em sociedades com a escrita, aquilo que chamo especificamente de “tradição oral” ou o lecto-oral. Pois é preciso lembrar que a chegada de um novo meio de comunicação não substitui o anterior (exceto em certas esferas limitadas); ele acrescenta algo ao anterior e o altera. (GOODY, 2012b, p.144).

---

<sup>8</sup> Paráfrase originada da afirmação “Mito e razão se complementam mutuamente”, cunhada pelo filósofo francês Georges Gusdorf em seu livro *Mito e Metafísica* (1980), em que discorre sobre os três momentos da consciência: a consciência mítica, a consciência intelectual e a consciência existencial. Tema, aliás, muito pertinente à discussão promovida neste trabalho.

Apesar de a escrita ser uma tecnologia privilegiada em diversos contextos, não se pode ignorar a existência de sociedades orais (tribos africanas, povos indígenas, comunidades quilombolas, aborígenes da Austrália e da Nova Guiné, por exemplo) contemporâneas bem estruturadas que vivem uma realidade diferente e resistem na oralidade. Por isso, não convém assumir que os indivíduos sem escrita sejam subdesenvolvidos em relação àqueles com escrita, tampouco supor que eles não concebiam ideias, não retenham conhecimento, não disponham de memória, não classifiquem, não elaborem julgamentos, não construam opiniões, não se comuniquem, ou melhor, que sejam tabulas rasas. É fundamental entender que os processos mentais e extramentais aqui listados *também ocorrem* nos indivíduos de sociedades ágrafas, aliás, a efetiva diferença entre eles e os indivíduos letrados ocorre em termos de utilização das formas de construção e exposição do raciocínio: o primeiro opera por meio da oralidade e o segundo, por meio da escrita (MARCUSCHI, 2001, p. 43). Pode soar óbvio, mas não é. Só depois de entendermos isso,

[...] estaremos em condições de afirmar com certa segurança que a oralidade e a escrita são *modos complementares de tratar e compreender o mundo* e não duas atividades essencialmente diversas a ponto de podermos imaginar que quem não dispõe da escrita não dispõe de alguns recursos mentais que os letrados conseguiram atingir. A diferença entre quem opera com a escrita e sem a escrita, de modo especial no mundo de hoje, é a desigualdade nas possibilidades de acesso aos conhecimentos e suas benesses, o que traz, de fato, conseqüências tanto no plano social como individual [...]. Mas este é um problema sociopolítico e não um problema cognitivo. (idem, *ibidem*, p. 45. grifo do autor).

Todas as culturas, indiscriminadamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas nem todas têm ou tiveram uma tradição escrita. No entanto, a utilização da escrita por determinadas sociedades foi suficiente para o vislumbamento de uma oportunidade de domínio cultural sobre as sociedades ágrafas e de domínio social das elites, que detêm o poder social, sobre os indivíduos iletrados. Com efeito, as relações de comunicação são, por natureza, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes sociais (BOURDIEU, 1998). Verifica-se uma tensão, uma luta simbólica em que determinadas camadas sociais tentam impor a sua definição de mundo às classes ditas inferiores, conforme lhes convêm.

A escrita, mesmo tendo sido criada muito depois da oralidade, permeia quase todas as práticas sociais dos povos que impregnou e conserva um *status* social superior ao do discurso oral, se tornando um instrumento de poder por excelência. Por isso, cabe dizer que as relações entre escrita e oralidade são permeadas pelas relações de poder.

A escrita, exigindo aprendizagem formal e transmissão social marcada, sofreu um processo de apropriação social por certas camadas da população que nela foram imprimindo seus modos de apreciação do mundo, seus modos de falar, suas palavras – no sentido de *logos* – de modo que qualquer outra escrita que não se conforme ao discurso proferido pelas camadas que se apropriaram de um artefato coletivamente construído é considerada não escrita, quando na verdade o que se está excluindo são os discursos proferidos e seus sujeitos sociais. (GERALDI, 2000, p. 105).

Ao distorcermos o propósito do alfabeto, de sistema simbólico de comunicação com vistas ao registro da oralidade, para espaço social de construção de desigualdade, desagregação e exclusão, enfeitamos o caráter prático-social da oralidade e do letramento e a concepção de fala e escrita como modalidades de uso.

A escrita, enquanto prática social, tem uma história rica e multifacetada (não-linear e cheia de contradições) ainda por ser esclarecida, como lembra Le Goff (1994). Numa sociedade como a nossa, a escrita é mais do que uma tecnologia. Ele *se tornou* (grifo do autor) um bem indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Nesse sentido pode ser vista como essencial à própria sobrevivência. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou. Por isso friso que ela *se tornou* (grifo do autor) indispensável. (MARCUSCHI, 1997, p.120).

Como vimos, tanto a escrita quanto a oralidade são fundamentais, enquanto duas práticas que podem se complementar e funcionar juntas como formas de comunicação. É necessário compreendermos a importância de “não confundir seus papéis e seus contextos de uso e de não discriminar os seus usuários” (idem, *ibidem*, p. 123).

É inquestionável a relevância da introdução da escrita, em termos de vantagens e avanços para as civilizações que optaram por adotá-la, mas é imprescindível entender que enquanto prática social, a oralidade é intrínseca ao ser humano e se configura, sobretudo, como um fator de identidade social e pertencimento, e considerar que apesar do “fetichismo” do papel escrito, legitimado pelas práticas no contexto da vida diária e principalmente pelas práticas no contexto das relações entre Estado e sociedade - intermediadas pela burocracia -, permaneceremos povos essencialmente orais e a oralidade continuará sendo a modalidade primeira de uso da língua. Apesar do *status* da escrita, a fala continua sendo a ordem do dia.

## 2.2 SOBRE O FETICHISMO DO PAPEL: a prerrogativa da escrita na burocracia

“Conhecer virou objeto de práticas cartoriais: sem o registro do que foi dado, o que houve do que (ou)vimos não

pode ter havido?” (MOYSÉS, GERALDI e COLLARES, 2002, p. 93).

A burocracia é um dos elementos propulsores do mundo ocidental. Ainda que não pareça evidente, todas as relações entre indivíduo e Estado são pautadas na burocracia, ao passo que toda a vida deste indivíduo é registrada e controlada em papel, de maneira cartorial, pelo Estado. Seu nascimento gera uma certidão, assim como o seu casamento e o nascimento de seus filhos; ao se graduar, recebe um diploma que lhe confere aptidão para exercer uma profissão; seus empregos são registrados em uma carteira profissional; suas atividades e atribuições no emprego podem gerar processos administrativos; as compras de bens originam escrituras; o pagamento de impostos, uma declaração; sua conduta pode gerar processos judiciais; sua saúde é validada por um prontuário e até mesmo sua morte gera uma certidão de óbito. Todo o ciclo de vida social do homem ocidental moderno gera um documento escrito. A administração burocrática é, por natureza, uma organização que opera por comunicação escrita; todas as atividades e procedimentos, em seu âmbito, são executados e ratificados por escrito. Logo, não é incorreto afirmar que a escrita é um dos alicerces da burocracia moderna. Para compreender melhor a pertinência dessas afirmações e das relações entre a tríade *escrita-arquivo-burocracia* para este trabalho é interessante conhecer um pouco sobre o conceito weberiano de burocracia.

Em um esforço para sistematizar um conjunto de arquétipos que subsidiasse o entendimento da modernidade, o sociólogo alemão Max Weber (1978) elabora uma análise sociológica da trajetória da civilização ocidental, na qual associa o seu desenvolvimento ao processo de racionalização e “desencantamento do mundo”. Este processo histórico relaciona-se às grandes transformações estruturais, sociais e culturais sofridas pelo mundo moderno ocidental no decorrer do tempo, como o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, o crescimento demográfico e a expansão dos espaços urbanos: as bases para a reestruturação das organizações tradicionais que prevaleciam até então. Ele investiga de que maneira o pensamento racional promove mudanças nos âmbitos social, cultural e individual do homem moderno e de que forma contribui para a legitimação das instituições modernas.

Em sua obra, Weber constata que a vida social na civilização ocidental moderna é implacavelmente abalizada pela lógica racional. Isso porque a racionalização substitui a mediação das relações na sociedade, antes fundamentadas na tradição (como as crenças e valores religiosos, o mito e o ritual) e no carisma, contribuindo para que percam força e espaço. Trata-se do fenômeno que o autor denomina processo de “desencantamento do

mundo<sup>9</sup>”. O filósofo demonstra como uma nova racionalidade instrumental-legal se institui e transforma as relações sociais, fazendo com que a administração burocrática moderna se estabeleça e se concretize como um dos fios condutores deste processo histórico. Para compreender melhor este aspecto específico do processo de racionalização e progresso do ocidente, o autor dedica um capítulo inteiro de seu livro *Ensaio de Sociologia* (1982) à análise da burocracia. É este recorte que interessa à nossa reflexão.

Via de regra, a palavra “burocracia” remete a três visões caricatas e interrelacionadas: à de repartição pública, escura, empoeirada, com servidores descontentes e indolentes; à da papelada que cresce vertiginosamente e se acumula sem controle e àquela do excesso de apego aos regulamentos e rotinas, causando a morosidade nos processos e a ineficiência do sistema. No entanto, o conceito de burocracia para Weber é precisamente o oposto disso. O conceito weberiano de burocracia é um “tipo ideal”, ou seja, é um parâmetro que orienta o funcionamento correto da organização e possibilita a identificação e análise de possíveis falhas e desvios do ideal. Por isso, o projeto original de burocracia é pautado em modelos de excelência como a máxima eficiência e organização da administração. Trabalhar com tipos ideais é um método proposto pelo sociólogo para estudar, a partir da generalização de conceitos abstratos, os aspectos específicos de um determinado objeto ou fenômeno. Neste caso, ele toma a burocracia como um desses aspectos para compreender o processo histórico de desenvolvimento da civilização ocidental moderna.

Segundo Weber (1978), a burocracia se fundamenta nas seguintes qualidades: caráter legal das normas e regulamentos, caráter formal das comunicações, caráter racional, divisão do trabalho, impessoalidade das relações, hierarquia da autoridade, rotinas e procedimentos padronizados, competência técnica, meritocracia, especialização da administração, profissionalização dos participantes e previsibilidade do funcionamento. Faria e Meneghetti (2011, p. 427) sintetizam bem a relação entre estas características:

A burocracia está sob a regência de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas por leis e normas administrativas. Ela estabelece relações de autoridade, delimitada por normas relativas aos meios de coerção e de consenso. Uma relação hierárquica se estabelece, definindo postos e níveis de autoridades, além de um sistema de mando e subordinação com gerência das atividades e tarefas delegadas por autoridade. Nesse contexto, a administração é formalizada por meio de documentos, que acabam por regular a conduta e as atividades das pessoas. O treinamento é fundamental nas burocracias especializadas devido às especificações das atividades e dos trabalhos. O treinamento especializado volta-se para generalizar o cargo e

---

<sup>9</sup> Na realidade, a expressão “desencantamento do mundo” (*entzauberung der welt*, em alemão) é uma apropriação adaptada do termo “desencanto do mundo”, originalmente cunhado pelo filósofo alemão Friedrich Schiller.

transformá-lo em profissão. As atividades e tarefas de um trabalho transformado em profissão, que podem ser apreendidas por qualquer trabalhador, são descritas e delimitadas pela criação de cargos mais ou menos estáveis. A ocupação de um cargo configura uma profissão de ordem impessoal e transitória. A posição pessoal de um funcionário é desfrutada e estimada em um contexto social específico, sempre em comparação aos demais funcionários e em relação à estrutura social. Os funcionários recebem salários (compensação pecuniária) regulares, criando-se certa segurança social em troca das atividades exercidas por ele. Esse salário é definido pela tarefa realizada, por suas particularidades e pela posição hierárquica do funcionário. A burocracia cria uma carreira dentro da ordem hierárquica estabelecida.

Para Weber (1982), os atributos elencados acima convergem para a viabilização de diversas vantagens previstas por esse modelo de organização, a saber: disciplina, ordem, controle, hierarquia, agilidade, precisão, impessoalidade, confiabilidade e competência. Tais especificidades são, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma racionalidade cartesiana, ocidental, binária e classificatória, que busca, sobretudo, o controle da sociedade por meio do registro oficial da informação em documentos.

Apesar de prezar pela máxima eficiência e organização na teoria, na prática, a burocracia tem as suas inconveniências, que se manifestam em forma de resistência a mudanças, excesso de formalismo, papéis e impessoalidade, exibição de autoridade e excesso de apego às normas e regulamentos: elementos que podem contribuir para o emperramento do fluxo dos processos. Mesmo dispondo de tantas desvantagens, o avanço da estrutura burocrática ocorre porque a burocracia prevê uma notável superioridade técnica sobre quaisquer formas de organização historicamente conhecidas. O sociólogo é categórico ao afirmar que:

A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não mecânicos de produção. (idem, ibidem, p. 249).

Sobre o tipo burocrático, o autor garante que se trata de uma organização

[...] capaz de atingir o mais alto grau de eficiência e neste sentido é, formalmente, o mais racional e conhecido meio de exercer dominação sobre os seres humanos. Este tipo é superior a qualquer outro em precisão, estabilidade, rigor disciplinar e confiança. Daí a possibilidade de que os chefes da organização e os interessados possam contar com um grau particularmente elevado de calculabilidade dos resultados. Finalmente, é superior tanto em eficiência quanto no raio de operações, havendo ainda a possibilidade formal de sua aplicação a todas as espécies de tarefas administrativas. (WEBER, 1978, p. 24).

Weber (1982, p. 230) inicia seu famoso artigo sobre burocracia, afirmando que “a administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos (‘os arquivos’)”. Com esta frase emblemática ele evidencia o papel dos documentos arquivísticos no tocante ao funcionamento do Estado, por meio da prática formal de elaboração de um documento oficial e estanque. Isto posto, o autor deixa claro que a burocracia não sobrevive sem informação registrada em documento. Como vimos no começo deste capítulo, o aparato burocrático é um importante sustentáculo do mundo moderno ocidental, enquanto instrumento de controle e poder, visto que o ser social tem todo o seu ciclo de vida pautado em registros escritos que comprovam seu nascimento, vida e morte. Ainda que soe absurdo, o indivíduo necessita do reconhecimento e legitimação do Estado para acreditar em muitos fatos, inclusive quando se trata de sua própria identidade, história e memória (voltamos ao caso de Parmênides: o cidadão é, o não cidadão não é). Ele outorga - inconscientemente por meio de um contrato social pré-estabelecido – ao Estado o poder de garantir se algo é verdadeiro ou não. Em outras palavras, um indivíduo só passa a existir quando da elaboração de um documento que alega que ele existe: ele é reflexo, ele se encaixa no documento e não vice-versa. A sua *palavra* parece não ser considerada, enquanto o *documento escrito* assinado e carimbado em cartório (o documento arquivístico por excelência), o é. Neste cenário, conclui-se que o documento arquivístico é a “fala” oficial do Estado e a Arquivologia, enquanto apoiadora das atividades burocráticas, o saber oficial do Estado.

Os quatro elementos mínimos fundamentais que concorrem para a estruturação da burocracia são o poder, a cultura, a legalidade e a racionalidade. Juntos, eles também constituem e articulam o que entendemos por Estado Moderno. Efetivamente, a sustentação do Estado Moderno se dá pelo poder simbólico, pautado na racionalidade ocidental; pelos sistemas simbólicos, que refletem a cultura; pelo entendimento sobre o Estado; pelo quadro administrativo e, por fim, pelos arquivos e a dominação moderna, ou seja, o registro e controle de tudo, todo o tempo.

Optamos por elaborar essa breve abordagem sobre a teoria burocrática weberiana, sem nos aprofundar em seus elementos constituintes, vantagens, desvantagens, aplicações e conceitos, de maneira a oferecer os subsídios básicos para compreendermos o ponto que consideramos pertinente à nossa discussão: as relações de poder, de acordo com a perspectiva de poder simbólico de Pierre Bourdieu (2002) e Weber (1982).

De acordo com Weber, o conceito de poder pode ser considerado sociologicamente ralo, fator que contribui para a amplitude dos cenários possíveis para que um indivíduo se ache em posição de impor sua vontade aos outros. Em um esforço para cumprir um enfoque

mais homogêneo sobre o poder, o autor simplifica: dominação é a probabilidade de que uma ordem seja cumprida. Logo, o poder é “[...] a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 1982, p. 211).

Ao investigar o poder no âmbito das estruturas políticas, Weber estuda o emprego da violência simbólica legítima, por meio da força, traço comum a todas elas, diferindo somente em termos de maneira e dimensão da aplicação sobre outras instituições políticas. A violência simbólica pode se manifestar em forma de nepotismo, clientelismo, influência social, ideológica ou política exercida pelos depositários do poder político e econômico sobre a sociedade em geral. Nesse cenário, a autoridade burocrática se configura como um instrumento de poder eminentemente desenvolvido e engenhoso nas mãos de quem a controla. O autor defende que a burocracia é a maneira mais racional de exercer o poder, servindo principalmente a interesses políticos e econômicos de classes sociais e instituições dominantes.

Pierre Bourdieu aborda a questão do poder a partir da ideia de "campo de forças". É um espaço de “jogo” político em que agentes e instituições - desde que possuidores de capital econômico ou cultural suficiente para preservá-los em posições dominantes em seus respectivos campos – travam uma luta simbólica para manter ou modificar as relações de forças.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Esse efeito ideológico, produ-lo [sic] a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário da comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 2002, p.11).

O autor argumenta que o poder simbólico é uma autoridade invisível que só pode ser exercida com a “cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeito ou mesmo que o exercem” (idem, ibidem, p. 8). Isto é, trata-se de um “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização”, que só pode ser alcançado quando é ignorado como “arbitrário” (idem, ibidem, p. 14-15). Bourdieu afirma que o poder simbólico atinge a sua eficácia, como função social, por meio da manipulação de instrumentos simbólicos criados para favorecer o



consenso e a “integração social”, tornando-se capaz de fazer ver e fazer crer, de ratificar e modificar a ideia de mundo, o fazer no - e para - o mundo, e, até mesmo, o próprio mundo.

Os “sistemas simbólicos” (a cultura, por exemplo) podem ser produzidos e apropriados pelo conjunto do grupo ou ser produzidos por um corpo de especialistas, tendo ainda a prerrogativa de “desapossar” dos instrumentos de produção simbólica aqueles que não se encontram legitimamente autorizados. Esses instrumentos simbólicos são meios de imposição e legitimação da dominação, enquanto elementos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, e concorrem para o que Weber chama de “domesticação dos dominados”.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem das relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar reconhecer a violência ou elas encerram objetivamente, e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (idem, ibidem, p. 15).

A única maneira de desmascarar e dismantelar o poder simbólico é a partir da tomada de consciência sobre o seu caráter arbitrário, ou seja, com a “revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença”, suprimindo as “falsas evidências da ortodoxia” e neutralizando o “poder de desmobilização”. De acordo com autor, tal processo pode gerar um poder de mobilização e de subversão, em outras palavras, um “poder de tornar atual o poder das classes dominadas” (idem, ibidem, p. 15).

Desse modo, constatamos que no que tange à legitimação do poder do Estado Moderno o endosso é mais tácito do que explícito. Como observamos neste mesmo capítulo, a burocracia é parte integrante do nosso cotidiano e permeia toda a nossa vida social, assim, ela atua como um instrumento de poder ao exercer a violência simbólica de forma velada. A burocracia é composta por um quadro administrativo responsável pela verificação e realização de atividades que garantem a execução de ordens gerais e mandatos concretos por um grupo de pessoas de quem se espera obediência.

Para Weber, o que sustenta a autoridade do Estado é sua legitimidade atribuída, conferida, naturalmente, por ele mesmo. O Estado reivindica o monopólio do uso legítimo da violência simbólica sobre um conjunto da população correspondente, com a justificativa de aperfeiçoar o convívio social e evita o caos (lembremo-nos de que a burocracia é um “tipo

ideal”, logo, pressupõe uma realidade utópica) que se instauraria caso não existissem regras e instituições encarregadas de vigiar e punir<sup>10</sup>. Ou seja, o Estado ordena, a autoridade legal regula e media e o cidadão obedece. Ele se autoproclama responsável pela totalização (recenseamento, estatística, contabilidade e administração nacional), pela objetivação (cartografia) e pela escrita (arquivo enquanto instrumento de acumulação de capital informacional). O documento arquivístico reflete e fornece elementos de uma racionalidade estatal e atua como um mecanismo de legitimação do poder simbólico do Estado. Para administrar pessoas, fatos e coisas, ele recorre aos registros escritos (atos normativos, leis, regras, procedimentos, arquivos), instrumentos legais que são usados para legitimar o seu poder e fundamentar as suas práticas. Ocorre, então, uma fusão entre o simbólico e o instrumental.

Na medida em que mantém o monopólio do capital informacional, por meio da burocracia, o Estado legitima o uso da violência simbólica: tudo deve passar pelo conhecimento do Estado. Desse modo, inferimos que a informação arquivística não dispõe de poder em si mesma, ela está sujeita aos usos e não usos determinados por seus usuários.

---

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

### 3 SOBRE O MAL DE ARQUIVO<sup>11</sup>

“Levanta-se então infinito, fora de proporção, sempre em instância, em ‘mal de arquivo’, a espera sem horizonte acessível, a impaciência absoluta de um desejo de memória”. (DERRIDA, 2001, p. 9).

Até aqui, observamos que a escrita, para além de uma categoria de forma de comunicação, mobiliza elementos socioculturais e políticos em relação à administração burocrática e ao poder simbólico do Estado, e à sua participação na produção de memória, história e identidade sociais. Neste capítulo, buscamos debater e problematizar o documento arquivístico e a ampliação de seu sentido na Arquivologia, ao demonstrar como determinadas concepções não resolvem o problema da discussão sobre a oralidade e a escrita no âmbito arquivístico e levantar questionamentos acerca do paradoxo da memória das sociedades orais.

Com base na noção de que a escrita é o alicerce da administração burocrática e, portanto, está fortemente atrelada à produção de arquivos e à constituição da memória coletiva, discutiremos (não necessariamente nesta ordem): a) a urgência de uma reformulação dos principais preceitos da Arquivologia e a indicação de outras possibilidades de compreensão da disciplina e do objeto arquivo; b) o fato de que as formas de comunicação são muito plurais e, ainda assim, não são excludentes entre si porque podem se complementar e operar juntas; c) de que maneira se dá a preservação da memória coletiva e a construção da identidade local no contexto das sociedades orais e d) a premência do reconhecimento do papel social do arquivo e do arquivista, bem como a responsabilização do ato moral e a ética no fazer arquivístico.

Seria tarefa impossível falar em mudança paradigmática sem mencionar o nome do físico americano Thomas Khun. Em *A estrutura das revoluções científicas* (1962), ele elabora um modelo de análise histórica da ciência para sistematizar e compreender que elementos e circunstâncias propiciam as “revoluções científicas”. Para melhor compreensão de sua teoria, Maria Odila Fonseca (2005, p. 57, grifo da autora) elucida que:

um *paradigma* “é aquilo que os membros de uma comunidade partilham, e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um

---

<sup>11</sup> Não nos ateremos às acepções ou discussões promovidas por Sigmund Freud nem Jacques Derrida sobre o termo “mal de arquivo”. Escolhemos fazer uma apropriação simbólica do termo “mal de arquivo”, livre das obtusas amarras do significado, para dar o nosso próprio sentido. Leia-se “mal de arquivo” aqui, portanto, como uma crítica à legitimação e imposição dos documentos arquivísticos escritos - em prejuízo dos demais suportes - como produtos inerentes às práticas administrativas, à construção da memória coletiva e à identidade e história sociais.

paradigma”. Aquilo que é capaz de provocar um estremeamento na estrutura de um paradigma é uma *anomia*, “um fenômeno para o qual o paradigma não preparou o investigador”. A partir daí emerge um novo paradigma, que é mais do que a rearticulação do paradigma “deposto”, pois um novo paradigma significa “uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos dos seus métodos e aplicações”. Essa passagem de um paradigma para o outro é o que Khun chama de “revolução científica”.

Esse modelo ainda é utilizado por muitos autores como parâmetro para (re)pensar o campo arquivístico e para subsidiar o diálogo entre a Arquivologia e as demais disciplinas. A Arquivologia é um campo tradicionalmente pautado no prescritivismo. Segundo Fonseca (ibidem, p. 55), a área “foi profundamente marcada, em suas origens, pelos aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos”. É uma disciplina instituída, desde a sua origem, como um saber de Estado, ao passo que se ocupa do estudo das características e propriedades de documentos públicos, em especial dos mais antigos (Diplomática) e no seu tratamento técnico. É uma área de conhecimento criada com um objetivo bem definido: servir ao Estado.

Embora haja produção de pesquisa acadêmica, em geral, os temas costumam circunscrever o caráter tecnicista da área, na medida em que reiteram procedimentos e operações técnicas já estabelecidos – como identificação, classificação, avaliação, arranjo, descrição, preservação, transferência, recolhimento, arquivamento e acesso – e emperram em estudos de casos de sucesso ou fracasso, além de raramente se aventurar em abstrações e assuntos de ordem social. Ao reconhecermos a força de sua base positivista, observamos uma sensível resistência a controvérsias imbuída na esfera arquivística, o que resulta em pouco desconforto e poucos questionamentos à realidade já consolidada. Este movimento (ou a falta dele) parece prejudicar o fortalecimento técnico-científico e político do campo arquivístico porque causa um estancamento do desenvolvimento científico da área, em termos de pesquisa e teoria social e não resolve os problemas trazidos por novos cenários, como a preocupação com a memória das sociedades orais, a teoria social ou o advento de novas tecnologias da informação e comunicação.

Nessa mesma linha analítica, Jardim (2006, p. 16) pondera a inércia dos pesquisadores da área do ponto de vista da inquietação teórica:

É nesse encontro entre as escolhas teóricas, as práticas e a nossa capacidade de renovar ou redefinir essas escolhas que a Arquivologia é renovada. O campo arquivístico não é alimentado apenas pela produção da pesquisa na universidade, mas também pelo relato qualificado que o arquivista faz num congresso ou publica

como artigo num periódico. Nesse sentido, ao menos no Brasil, a nossa cultura científica é extremamente pobre. Os arquivistas, no Brasil, escrevem muito pouco sobre o seu ofício. Não é que não reflitam. Sei que refletem, há qualidade nessas reflexões, mas ainda traduzem pouco essas reflexões em publicações. Isso é um dado concreto. Produzimos conhecimento arquivístico no Brasil, porém aquém das nossas necessidades. Estamos melhorando, mas precisamos avançar mais nessa direção.

Por que a urgência em reformular os preceitos da Arquivologia? Khun explica que

[...] uma mudança radical ocorre no quadro interpretativo para qualquer teoria científica, que chamou de mudança paradigmática, quando as respostas para as questões das pesquisas não mais explicavam suficientemente os fenômenos sendo observados (no caso da Arquivologia, a informação registrada e seus criadores) ou quando as metodologias práticas baseadas na teoria de tal observação não funcionam mais (como certamente não funcionam para muitas atividades arquivísticas, e não apenas à lida com documentos eletrônicos). O foco nas perguntas e pesquisas, portanto, permanece “tradicional numa mudança de paradigma”, mas não as respostas. E assim acontece com os arquivos. (COOK, 2012, p. 126).

Em um cenário de natureza dogmática e pouco receptivo a ressignificações, presumimos restar pouco espaço para críticas teóricas diante de contextos mais singulares que não podem ser incorporados às tradições arquivísticas vigentes. E quase nenhum espaço para dialogar com uma nova *episteme*, como a Pós-modernidade. Contudo, são as perspectivas mais voltadas para o pós-modernismo que desconfiam dos cânones e reconhecem o empuxo irresistível dos arranjos dos novos tempos. “A Arquivologia - como qualquer campo de conhecimento, não é um território homogêneo” (JARDIM, 2006, p. 17-18), existe uma latente diversidade de interpretações sobre a disciplina, sobre o fenômeno informacional arquivístico, sobre o fazer arquivístico em relação a situações que antes se presumia consolidadas e sobre as possíveis formas de atuação dos arquivistas, conquanto ainda falte a coragem necessária para desafiar a unanimidade do campo e produzir conhecimento tangível sobre esses assuntos. O reconhecimento tímido de que a Arquivologia encontra-se potencialmente sob um novo paradigma social, científico e cultural é muito importante para catapultar uma redefinição dos conceitos e princípios que regem a área.

De acordo com Cook (2012, p. 124), considerado o precursor da abordagem pós-moderna da Arquivologia, “uma mudança no âmbito paradigmático da Arquivologia está de fato ocorrendo, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho”.

O pós-moderno desconfia da ideia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científicos. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto ou mais que o próprio assunto que

é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado por aquele que fala, fotografa, escreve ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. (...) Os pós-modernistas procuram desnaturalizar o que presumimos natural. (...) O pós-modernista toma tais fenômenos “naturais” – seja o patriarcalismo, o capitalismo, a religião ou, poderia eu acrescentar, a ciência arquivística tradicional – e afirma que são “antinaturais”, ou “culturais” ou, no mínimo, “construções sociais” de um tempo, lugar, classe, gênero, raça etc. específicos. (COOK, 1997, p. 15-16 apud Fonseca, 2005, p. 60).

Isso estabelecido, tudo se torna passível de ser questionado. Os critérios da Arquivologia moderna como a ânsia pela certeza documental, estabilidade, veracidade, confiabilidade e valor probatório do documento são colocados em xeque pela pós-modernidade. Instala-se, pois, o derradeiro mal-estar: a problemática do arquivo.

Não é por acaso que o conceito mais elementar da Arquivologia “clássica” é o de documento arquivístico (ou arquivo). Não cabe aqui esquadrihar todos os prismas contidos no termo, contudo, é interessante recorrer à escolha conceitual de maior relevância para balizar e compreender como são concebidas as dimensões de um dos principais objetos da área e como isso interfere nas motivações do fazer arquivístico. A escolha de fontes tão heterogêneas não se dá ao acaso, seu propósito é salientar que não obstante a inclinação teórica ou metodológica do autor, a essência do conceito de arquivo parece ser a mesma para todos.

Marco legal da Arquivologia no Brasil, a Lei de Arquivos<sup>12</sup> define peremptoriamente *arquivo* como um “conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter públicas, e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), por seu turno, conceitua arquivo como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Ainda no terreno das publicações técnicas, o manual de *Gestão de documentos*, elaborado pelo Arquivo Nacional no âmbito do curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA da administração pública federal, estabelece que os

---

<sup>12</sup> A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

documentos de arquivo ou documentos arquivísticos são todos aqueles que, produzidos e/ou recebidos por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituem elementos de prova ou de informação. Formam um conjunto orgânico, refletindo as ações a que estão vinculados, expressando os atos de seus produtores no exercício de suas funções. Assim, a razão de sua origem ou a função para qual são produzidos é que determina sua condição de documento de arquivo, e não a natureza do suporte ou formato. (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p. 10).

Considerado um dos pioneiros em termos de uma abordagem *moderna* da prática arquivística, o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivo*, publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, inicia seu primeiro capítulo com a seguinte definição:

“arquivo” é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 73).

Heloísa Bellotto (2002, p. 18), uma das pensadoras mais proeminentes da área, entende os arquivos como “conjuntos orgânicos de documentos produzidos/recebidos/acumulados por um órgão público, uma organização privada ou uma pessoa física”. Para reforçar sua perspectiva, Bellotto invoca a visão defendida pelo arquivista italiano Elio Lodolini de que o *arquivo* é uma “*sedimentação* documentária das atividades administrativas, cujos documentos estão ligados por um vínculo original, necessário e determinado” (LODOLINI, 1991, apud BELLOTTO, 2002, p. 18, grifo nosso).

É interessante perceber a noção reiterada em todas essas publicações de que um documento, para ser considerado arquivístico, deve ter sido criado e acumulado na consecução de um determinado objetivo, guardando relações orgânicas com outros documentos produzidos e acumulados pela mesma entidade, pública ou privada, individual ou coletiva, no transcurso de suas funções e atividades. Tal noção evidencia uma preocupação recalcitrante, sobretudo, com a vertente administrativa do documento arquivístico. O curioso uso do termo “sedimentação” por Lodolini é significativo porque revela o cerne velado do arquivo: a informação escrita. Fica patente, novamente, o protagonismo da informação fixada em papel e a rejeição ao caráter dinâmico e mutável de outras formas de comunicação, como a oralidade no caso das sociedades não grafocêntricas.

Destaca-se, portanto, a tentativa de postular um vínculo obrigatório entre escrita, burocracia, documento arquivístico e memória coletiva e amenizar os elementos “sociais”, ainda assim, implícitos, que permeiam essa relação. É proveitoso estabelecer um diálogo entre

essa perspectiva e o caso das sociedades essencialmente orais, na medida do possível, analisando suas dinâmicas sociais e considerando o pensamento ocidental vigente, como ponto de partida para compreendermos a arbitrariedade social e histórica da produção cultural e a iminência de uma renovação epistemológica do campo arquivístico, conforme Cook postula em seu artigo *Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos* (2012).

Para tanto, recorreremos a Fonseca (2005, p. 60-65), conforme esta elabora uma síntese brilhante das cinco propostas de Cook, no âmbito de uma reestruturação da área arquivística no contexto pós-moderno. Vejamos:

1. Uma mudança nas razões mesmas pelas quais arquivos devem ser preservados, uma mudança que desloca as razões da preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa, ancorada em preceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos. As instituições arquivísticas foram tradicionalmente fundadas por Estados, para servi-los, como parte de sua estrutura organizacional. A arquivologia, então, como já foi afirmado, plasmou-se como “saber de Estado”, no estudo das características e propriedades de documentos públicos, em especial dos mais antigos. Embora a manutenção dos registros arquivísticos para assegurar a prestação de contas e continuidade administrativa governamentais e a proteção dos direitos individuais dos cidadãos ainda seja considerada um dos propósitos fundamentais para a preservação dos arquivos, “a principal justificativa para a existência dos arquivos para a maioria dos usuários e para o público em geral repousa no fato de os arquivos serem capazes de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva”;

2. Outra mudança relaciona-se ao modo pelo qual os arquivistas vêm tentando preservar documentos como evidências autênticas e confiáveis de atos e transações. Ao longo do século passado, eles procuraram entender e iluminar o contexto de proveniência dos documentos tanto quanto seu conteúdo. O primeiro compromisso dos arquivistas era com a proteção da proveniência, preservando uma ordem original para os documentos quando não eram mais “úteis” para uma matriz geradora. Hoje, os arquivistas estão tentando manter essas características garantindo que os documentos sejam criados de acordo com padrões aceitáveis de evidência e, além disso, que todos os atos e ideias importantes sejam devidamente documentados. Num mundo de mudanças rápidas e organizações muito complexas, que geram um volume enorme e descentralizado de documentos, num mundo de documentos eletrônicos, com seus registros virtuais e transitórios, seus bancos de dados relacionais e “multidirecionado”, suas redes de comunicação interinstitucionais, nenhum registro confiável sobreviveria e estaria disponível para o futuro se o arquivista não interferisse na sua preservação antes mesmo de sua criação. [...] Assim, o princípio da proveniência modifica sua perspectiva de relacionar um documento diretamente a seu “lugar” individual, numa hierarquia organizacional tradicional, e se transforma num conceito mais elástico, refletindo as funções e processos na criação dos documentos, dentro de organizações em constante mudança, interagindo com a clientela também mutável, refletindo diferentes culturas organizacionais, na maioria das vezes menos verticalizadas, ligadas em rede de curta duração: “proveniência, em suma, está relacionada à função e atividade, mais do que à estrutura e lugar.” Proveniência passa a ser mais virtual que física [...].



3. O terceiro tema refere-se à origem da teoria arquivística. Um século atrás, os princípios arquivísticos resultavam de uma análise de documentos individuais baseada na diplomática, com regras estabelecidas para o arranjo e descrição de séries documentais fechadas, produzidas por estruturas administrativas estáveis e monohierárquicas. Hoje, se adota uma perspectiva bastante diferente. O foco se transfere do documento em si para o seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos de sua criação. A teoria arquivística se baseia agora na análise dos processos de criação dos registros, mais do que nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas;
4. O quarto tema relaciona-se com o fato de que hoje o arquivista deve ser um mediador ativo na “formatação da memória coletiva através dos arquivos”;
5. O quinto e último tema que emerge da análise de Cook diz respeito ao fato de que a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Ao contrário, é uma mistura de diferentes elementos, superpostos e até contraditórios.

Segundo Michel Foucault (2005), o arquivo é “o domínio das coisas ditas”, uma tentativa de controle informacional e de simulação exaustiva da realidade. Permeado de conexões com a subjetividade, o documento arquivístico se configura como um produto arbitrário das relações de poder entre o Estado e a sociedade e entre o público e o privado. A Arquivologia é precisamente o plano mediador dessas relações, porquanto é responsável pela execução e manutenção de um conjunto de procedimentos e operações técnicas relativas ao tratamento da informação, se ocupa do arbitrário processo de seleção e classificação dos documentos arquivísticos e participa ativamente da institucionalização do arquivo. Via de regra, só se preserva aquilo que interessa à construção da *história* que o Estado deseja “contar”: a administração bem sucedida, as conquistas, as benfeitorias, as aquisições que glorificam determinadas figuras de poder. Nesse processo de enaltecimento de uma minoria, a apropriação da *memória* coletiva pelo Estado (para transformá-la em *sua* história) contribui para um processo sistemático de clivagem, desconsideração e exclusão da “voz do povo”, ou seja, da memória coletiva legítima, decorrente do povo.

If everything but a transactional “record” is outside the purview of archives, then archival holdings will by definition only be drawn from that formal record-keeping universe. Such holdings will therefore exclude – more than already do – the marginalized and weaker members of society, leaving the citizens silenced and governments emboldened. Our past is truncated by our self-imposed operational definitions! (COOK, 1997 apud GREENE, 2007, 48).

A burocracia é inerente ao funcionamento administrativo de um país, no entanto, quando se trata de memória social, é importante romper com o passado de práticas

burocráticas pautadas no positivismo e com o tecnicismo em prejuízo da teoria social, para buscar uma nova significação dos arquivos. A antropóloga Ludmila Catela (2002) salienta que, em geral, o arquivo é observado apenas pela perspectiva do local de guarda (instituição arquivística), desconsiderando os agentes, os contextos e os conflitos envolvidos na produção, classificação e escolha do que se considera “valioso” para ser preservado. No entanto,

Mudanças significativas no objetivo dos Arquivos como instituições e a natureza dos documentos arquivísticos são outros fatores que, combinados com percepções pós-modernas, formam a base da nova percepção dos arquivos como documentos arquivísticos, instituições e profissão na sociedade. (COOK, 2001, p. 123).

As conceituações consagradas de documento arquivístico não contemplam as emergências dos cenários pós-modernos. A revisão do conceito de arquivo é a mudança paradigmática mais importante nesse momento de irrompimento de novas tecnologias. O documento arquivístico é dinâmico, não é estático, uma vez que não trata apenas do documento escrito. Sobre isso, Cook (2012b, p. 125) declara:

No coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional.

Ao limitarmos o documento arquivístico apenas ao seu caráter público-oficial ou jurídico-administrativo, dificultamos a exploração de suas demais potências e desprezamos os seus aportes social, histórico, identitário, cultural, de memória, de denúncia, de lembrança e esquecimento.

Una vez que el archivo se dispone para los diversos usos (históricos, identitarios, reveladores de secretos y mentiras, pruebas y verdades), se borran los actos de origen y reproducción que tornan a estas instituciones un sistema de relaciones no solo documentales sino, fundamentalmente, sociales. De allí que por detrás del orden de los documentos sea decisivo aprehender el desafío de planificadores y clasificadores para conciliar el impulso a la conservación y la fatalidad del recorte, la selección y la sanción de lo guardable. La complejidad de las decisiones, disposiciones y oposiciones sobre lo que se guarda y lo que se tira, sobre las limitaciones al acceso y el resguardo de las personas, sobre la necesidad de entender y otorgar unidad a la dispersión de papeles que conforman acervos dentro de los archivos constituye, a mi juicio, un objeto de análisis que amplifica la significación del estudio de los archivos y su mundo. En él se despliega una variante del topos “clásico” que traza la relación entre las formas de clasificación y las estructuras sociales, la tensión entre lo privado y lo público, entre las costumbres de preservación en los hogares a partir de afectos y experiencias individuales-familiares

y las tradiciones colectivamente transmitidas y sacralizadas en los monumentos, las bibliotecas y los archivos. (CATELA, 2002, p. 389).

Foucault, em seu tratado metodológico e historiográfico *A Arqueologia do Saber*, elucida que:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros; [...] ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, 2004, p.7-8, grifo do autor apud INDOLFO, 2007, p. 52).

Ana Celeste Indolfo (2007, p. 51) evoca o célebre livro *História e Memória*, de Jacques Le Goff, para refletir sobre as “diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita”:

Com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva transforma-se profundamente, pois o *armazenamento das informações* permite ao homem comunicar no tempo e no espaço, proceder ao registro e a memorização, ou seja, a perpetuação da lembrança, através da inscrição na pedra ou no barro, assegurando nessa passagem da esfera auditiva à visual reexaminar, reordenar, retificar, ou seja, *intervir*. Com o aparecimento da imprensa, a memória escrita ocidental passa por transformações ainda mais profundas. [...] Com a Revolução Francesa, assiste-se ao alargamento da memória coletiva e a uma “explosão” da memória com a apropriação dos novos suportes de memória, bem como a criação dos arquivos nacionais, dos museus e das bibliotecas passa a fornecer ao movimento científico e à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança. À identidade dos Estados-Nação associa-se a própria invenção da nacionalidade, passou-se, assim, ao tempo dos lugares de memória, lugares onde se cristaliza e se refugia a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procurando “salvar” o passado para servir ao presente e ao futuro, tornando-se ainda um instrumento e um objetivo de poder. (INDOLFO, 2007, p. 51, grifo da autora).

O problema que se coloca a partir do processo de construção do “fenômeno memória coletiva” é: o quanto perdemos por insistirmos na manutenção dos preceitos tradicionais e, muitas vezes, limitantes que regem o saber e o fazer arquivístico? Ao que Catela responde:

En el ámbito privado, los documentos, cartas, papeles sueltos y fotografías aportan recuerdos y vestigios de seres, eventos y cosas que ya no están. Si pensamos las acciones cotidianas del Estado (siempre tomando el caso de los Estados nacionales occidentales), de las instituciones, de los grupos (asociaciones, clubes, familias) y de los individuos, es posible imaginar que pocos acontecimientos no dejan vestigios. Gran parte de las conductas son atrapadas(bles) en papeles, agendas, cartas, recetas, impresos, imágenes o cualquier otro soporte “[...] sobre el cual se inscriben, a una velocidad variable y según técnicas diferentes, que variarán con el lugar, la hora y el

humor, alguno de los diversos elementos que componen la vida de un día. *Sin embargo sólo conservamos una parte ínfima de todos esos vestígios*". (CATELA, 2002, p. 388, grifo nosso).

Existem questionamentos que vão muito além da prática cotidiana do trabalho. Promovê-los e refletir sobre eles não enfraquecerá a área arquivística, pelo contrário, contribuirá para o seu fortalecimento científico e social. As discussões sobre os “arquivos pessoais” na Arquivologia ainda são tímidas, mas notáveis se as comparamos com a disposição para abordar a temática da “oralidade”. A escassez de fontes para estudo e reflexões – inclusive para este trabalho – é um indicativo de que se trata de um assunto ainda pouco explorado acadêmica e profissionalmente.

É curioso constatar como um campo de conhecimento que, em tese, se ocupa da “gigantesca e vertiginosa constituição de estoque material daquilo que é impossível lembrar” (NORA, 1993), buscando, pois, registrar “o mundo em um arquivo”, parece cooperar para a omissão da memória do “homem comum”, aquela que trata das lembranças e sabedorias herdadas dos antepassados e legadas aos descendentes, que preenche os diários, as agendas, os cadernos, os álbuns de fotografias, as fitas de vídeo, os documentos pessoais.

Presume-se, então, que a oralidade não é considerada um “lugar de memória<sup>13</sup>”, do mesmo modo que os documentos-monumentos<sup>14</sup>. Ela é dinâmica, plástica, fluida, rápida, não é um registro sedimentado como a escrita. Assim, despontam mais questionamentos que podem parecer insólitos à primeira vista, mas são relevantes: *em que se transforma o arquivo quando ele se insere no próprio corpo?* (DERRIDA, 2001). Por que não prevemos a mente e a fala (a voz), também, como suportes para registro da informação? Por que não existe uma legitimação da oralidade (da narrativa, do mito, das cantigas, dos rituais, das rezas, dos ensinamentos) como no caso da informação registrada em papel? Afinal, esses são os suportes

<sup>13</sup> Segundo Indolfo (2007, p. 52), “ao tratar da problemática dos “lugares de memória”, Nora (1984) afirma que existem lugares de memória porque já não existem os ‘meios memória’, para ele a memória e a história não são ‘sinônimos’, uma vez que a História se oporia à memória naquilo que ela tem de mais significativo, o absoluto. [...] Os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que já não existe uma memória espontânea que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, registrar atas, porque essas operações não são naturais. [...] São lugares resgatados de uma memória que não habitamos mais, meio oficiais e institucionais, meio afetivos e sentimentais. (NORA, 1984, p.XXIV, grifo nosso). Para Nora, ainda, ‘nenhuma época produziu voluntariamente tantos arquivos quanto a nossa’ e a ‘obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo’ passou a interferir na totalização tanto na conservação do presente como na preservação do passado, dando lugar ao que se tem chamado de um ‘memória arquivística’”.

<sup>14</sup> De acordo com Le Goff (1990, p. 535), “a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador”.

primários, só a partir deles é possível registrar informação em outros suportes. Catela (2002, p. 387-388) também manifesta suas inquietações sobre a pretensão de superioridade do documento escrito sobre a oralidade, no âmbito do caso do povo kalina:

En la tensión entre el uso de un soporte material de la memoria como las fotos y las memorias colectivas elaboradas por la narración oral, el conflicto kalina-francés pone en evidencia la importancia que en las sociedades modernas adquiere el documento, la imagen y lo escrito, frente a la tradición oral, formadora por excelencia de la memoria en las comunidades no letradas. La escritura trajo consigo el registro y este la necesidad de su conservación, así como su poder de prueba. Como dice Goody, “la escritura crea un nuevo medio de comunicación entre los hombres. Su servicio esencial es objetivar el habla, suministrarle al lenguaje un correlato material, un conjunto de signos visibles. De este modo, el habla puede transmitirse a través del espacio y preservarse a través del tiempo, lo que la gente dice y piensa puede rescatarse de la transitoriedad de la comunicación oral”. Ante las vertiginosas ondas de cambios en nuestras sociedades, el registro de hechos y su preservación como prueba del paso del tiempo devino un problema crucial. Una variedad de formas de registro (escritura, imágenes, internet, etc.) generan un sistema de soportes que no suplantán ni eliminan las tradiciones basadas en la oralidad, sino que se superponen a ellas, en un juego de tensiones. Todo pasa como si en aquellas sociedades que han desarrollado lo que Goody llama «tecnologías de intelecto», la profunda necesidad de registrar y guardar concentrara el núcleo de una lucha contra el olvido. En estas sociedades, las propias tecnologías del intelecto como la escritura (y aquí agregaría los archivos) son factores de formación de especialistas en el dominio de los instrumentos de registro del paso del tiempo (historiadores, archiveros, geólogos, arqueólogos, etc.). A través de calendarios y mapas, documentos y monumentos, estos especialistas —con sus tecnologías en instituciones— orientan los sentidos y las experiencias, aunque no de un modo mecánico”.

Retornamos à questão das relações de poder propiciadas pela presunção de superioridade da escrita sobre a oralidade e ao alerta de Goody (2012a, p.144) de que “a chegada de um novo meio de comunicação não substitui o anterior (exceto em certas esferas limitadas); ele acrescenta algo ao anterior e o altera.” A legitimação do registro das informações apenas no âmbito público-oficial e administrativo, em detrimento da legitimação da memória produto da oralidade é inferiorizar as sociedades orais, reduzi-las ao “primitivo”. É um desserviço em termos de memória social. Por meio do poder simbólico engendrado pelo Estado, este decide arbitrariamente o que deve ser preservado e o que deve ser eliminado como produto da memória coletiva. Não é um processo democrático, com participação do cidadão, é um movimento de representação dos interesses do poder.

### 3.1 SOBRE UM NOVO OLHAR: uma análise do arquivo como fonte e objeto de e para a pesquisa em Arquivologia

“Aprendendo a olhar, vou aprendendo que este é o desafio do conhecimento: a dor de assumir que tudo que

sei, que conheço, pode ser desmontado, remontado, substituído, estabilizado e até mesmo loucamente fixado por uns tempos” (MOYSÉS, GERALDI e COLLARES, 2002, p. 92).

Como ponto de partida para esta última reflexão, é interessante trazer à tona uma das discussões promovidas por Moysés, Geraldi e Collares (2002, p. 92) em seu artigo *As aventuras do conhecer: da transmissão à interlocução*: a dinâmica que inevitavelmente permeia o conhecimento. “Aprendendo a olhar, vou aprendendo que este é desafio do conhecimento: a dor de assumir que tudo que sei, que conheço, pode ser desmontado, remontado, substituído, estabilizado e até mesmo loucamente fixado por uns tempos”.

Segundo os dicionários de terminologia da área pregam, “arquivo” é o registro de uma informação (ou conhecimento) em determinado suporte, e este registro apresenta um caráter estático, finito, limitado. Como vimos, a escrita prescinde o caráter contingente da oralidade, o que antes fora movimento, dinamismo, se torna estático. Ela oferece a segurança da verdade absoluta e contribui para o estancamento do papel social do arquivo. É seguro, mas limita e tolhe. E não dá conta de tudo.

A Arquivologia tem como uma de suas premissas a preservação da história, memória, administração, cultura e identidade nacionais – realidades mutáveis e dinâmicas - a partir da guarda destes documentos. Nesse contexto, observa-se um paradoxo curioso: “Conhecer virou objeto de práticas cartoriais: sem o registro do que foi dado, o que houve do que (ou)vimos não pode ter havido?” (MOYSÉS, GERALDI e COLLARES, 2002, p. 93). Trata-se de um desprendimento da realidade na busca pela verdade absoluta, pelo conhecimento pronto e acabado, no entanto, o conhecimento e seus desdobramentos estão em constante mutação. É importante que a Arquivologia e seus atores considerem este fato ao pensar o arquivo como objeto de pesquisa e se desviem do consenso lembrado por Arlete Farge (2009, p.14) em sua obra *O Sabor do Arquivo* de que "O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los”.

Ainda no artigo *As aventuras do conhecer: da transmissão à interlocução*, os autores afirmam que “pouco se reflete sobre o próprio conhecimento, seu significado, seus usos, suas consequências.” (MOYSÉS, GERALDI e COLLARES, 2002, p. 94). Esta afirmativa levanta reflexões sobre dois aspectos da Arquivologia escassamente tratados: a responsabilização ética e moral do profissional de arquivo e seu papel social.

O profissional de arquivo, bem como todos os profissionais em geral, deve se apropriar do exercício (também do poder) que lhe foi conferido legalmente e identificar quem são os envolvidos no processo de construção social, e entender como ele se desenvolve. Este profissional precisa se colocar dentro desse processo e se reconhecer como parte essencial do “jogo” de poder exercido pelo Estado, compreender quem é o formulador das regras e, principalmente, amparado por essas reflexões, entender que o seu fazer arquivístico tem consequências sobre o outro. É necessário ter clareza sobre o que se faz e desenvolver um olhar crítico e desconfiado sobre tudo o que lhe é proposto (seja pelo Estado ou pelo cidadão) e relativizar as situações. Em outras palavras, o arquivista deve agir com muita responsabilidade porque ele é um mediador entre informação, instituição, pesquisador e usuários em geral. Além de ser sua a responsabilidade pela escolha do que será guardado - e se tornará história e memória - e do que será eliminado.

Mas, no que tange ao papel social do arquivista, Farge (2009, p.18), imbuída de um tom fatalista, encerra: “O ‘retorno dos arquivos’ às vezes é penoso: depois do prazer físico da descoberta do vestígio vem a dúvida mesclada à impotência de não saber o que fazer dele.”. Salvo engano, trata-se de uma crítica à escassez de políticas públicas de arquivo que foquem na questão da educação patrimonial para crianças e adultos. Os arquivos, bem como museus e bibliotecas dispõem, hoje, de raros frequentadores, usuários comuns, os pesquisadores são exceção à regra. O arquivista e a sua instituição podem, interdisciplinarmente, desenvolver meios de diminuir a distância entre arquivos/informação e o usuário, por meio de oficinas, exposições, cursos e palestras abertas ao público sobre a importância do arquivo e as maneiras de fazer uso dele e dos instrumentos de pesquisa. Para concluir, cabe a consideração de José Maria Jardim em sua resenha sobre o livro *O Sabor do Arquivo* em que arremata:

“O sabor do arquivo” e outras obras semelhantes não miram a Arquivologia, mas merecem uma abordagem interdisciplinar por parte do arquivista. Exigem do arquivista posicionar-se como sujeito que opera um processo intelectual complexo – em permanente diálogo com os usuários - sem o qual talvez não existam arquivos de nenhum sabor a serem degustados. (JARDIM, 2011).

Em reforço a essa discussão, em seu artigo *El observatorio de prospectiva archivística y sociedad: modelo de análisis para el estudio de la construcción social del futuro de la archivística*, M. Paz Martín-Pozuelo (2012, p. 31) destaca que os arquivos “(...) tienen un papel activo: salud, justicia, seguridad y defensa, cultura, educación, etc”. A autora concebe a Arquivologia como um dos pilares para a construção da sociedade e reafirma seu papel como facilitadora de preservação da memória, cultura, cidadania, história e identidade nacionais. E,

nesse contexto, propõe medidas para dar visibilidade aos arquivos, ao fazer arquivístico e aos profissionais da área.

No tocante à pesquisa em Arquivologia, Jardim (2012, p. 151) provoca reflexões e questionamentos muito profícuos para a área ao ponderar:

Seja qual for a concepção de Arquivologia – como ciência consolidada, ciência em formação ou disciplina científica – a pesquisa na área constitui a base fundamental para a sua renovação permanente. A par dos avanços das duas últimas décadas, há vários caminhos a serem percorridos nas práticas de pesquisa em Arquivologia. Somos convidados a refletir, cada vez mais, sobre os pressupostos epistemológicos, diálogos interdisciplinares, aspectos metodológicos, objetos, etc. Essa tarefa impõe desafios complexos aos profissionais que produzem conhecimento arquivístico em diversos contextos institucionais. Como tal, tem implicação direta nos modelos e práticas de formação do arquivista na graduação e na pós-graduação, tarefa que as universidades têm como missão. Tal missão, no entanto, parece ganhar contornos mais nítidos quando favorecida pelos diálogos entre a universidade e instituições e serviços arquivísticos.

O autor argumenta que se faz necessária a construção de temas de pesquisa em Arquivologia, a fim de que os estudantes e profissionais possam “refletir epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares do campo” (idem, *ibidem*, p. 136). Não obstante os problemas conceituais, a clara falta de coerência e concordância entre os teóricos, e a dificuldade de estabelecimento do estado da arte da Arquivologia é possível vislumbrar pequenos “focos de luz” em meio à escuridão da reprodução de informação e a repetição de padrões, profissionais e estudantes interessados no alavancamento da área, que produzem cada vez mais conhecimento sobre o tema. Testemunha-se, finalmente, o pensar a Arquivologia enquanto Arquivologia.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Para descobrir um novo mundo, é preciso saber esquecer o seu próprio mundo, do contrário, o pesquisador estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se à escuta.” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 212).

A ausência de um consenso sobre uma abordagem arquivística da oralidade coloca problemas de ordem prática para a própria definição de arquivo como um registro sedimentado. Conforme observamos, é difícil questionar a força de um conceito cristalizado como o de documento arquivístico, principalmente quando a legitimação de seu significado se dá por meio de instrumentos legais - também escritos. Verificamos que a oralidade ainda é uma temática permeada de silêncio, em parte pelas bases positivistas da área, em outra, porque não se estabeleceu uma cultura de controvérsias e contestação às tradições no campo arquivístico. A necessidade de bibliografia sobre a matéria é cada vez mais sentida e buscamos tentar atenuá-la.

Com o advento da pós-modernidade, a Arquivologia se encontra sob um novo paradigma social, cultural e político. Vivemos na era de *Kairós*<sup>15</sup>, em que a informação toma uma forma dinâmica, flexível, fluida, linear. Uma época cada vez mais pautada na informação binária (digital), contudo, a ideia binária de mundo não é mais suficiente para resolver as questões de nosso tempo. Uma Arquivologia estruturada no racionalismo científico/ocidental/binário e no positivismo lógico serve pouco, ou quase nada, às demandas das novas tecnologias da informação e comunicação. Com o surgimento do computador, dos *gadgets*, da internet, do correio eletrônico, das redes sociais e dos *softwares* ocorre a produção vertiginosa de um legado neodocumental descontrolado. Como dar conta da gestão de tamanho capital informacional, aparentemente ilimitado? É difícil dimensionar com precisão o que se ganha e o que se perde todos os dias no ambiente digital, em termos de informação. Mas, como o filósofo polonês Zygmunt Bauman<sup>16</sup> afirmava, vivemos tempos líquidos, nada é feito para durar. É difícil não notar as semelhanças entre a questão do neodocumento e a oralidade (e memória!), considerando o seu caráter dinâmico e linear.

<sup>15</sup> Segundo a mitologia grega, *Kairós* é o deus do tempo oportuno. Representa o momento indeterminado no tempo, em que algo de especial acontece, a experiência do momento oportuno. Os gregos se referiam ao tempo com duas palavras: *Kairós* e *Khronos*. *Khronos*, neste caso, refere-se ao tempo cronológico, linear, o tempo que é possível de ser medido.

<sup>16</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Todos os campos de conhecimento são afetados pela pós-modernidade, o campo arquivístico não pode passar inerte. Qualquer disciplina que se fecha nela mesma é prejudicial e pode ser até perigosa (social e politicamente), portanto, é pertinente levantar a seguinte questão: qual é o estatuto da Arquivologia diante dos demais campos de conhecimento? Para iniciar uma dinâmica de desenvolvimento de estratégias para solucionar esses problemas, é imprescindível o diálogo interdisciplinar.

O arquivo é fonte de poder e conhecimento. Um dos novos desafios para o campo arquivístico é preservar as evidências de governança e não apenas da administração dos governos, por isso, é importante o discernimento de que os arquivistas servem à sociedade, não ao Estado, mesmo que trabalhem para um órgão da burocracia estatal. Afinal, como agente ativo na sociedade e na manutenção da estrutura social, o arquivista é um mediador ativo na formação da memória coletiva, por meio dos arquivos. Inevitavelmente, eles incutem seus próprios valores nas atividades e pesquisas, por isso, é importante que analisem conscientemente as suas escolhas nos processos de produção de arquivos e construção da memória.

A memória coletiva legítima se assemelha a uma “colcha de retalhos” decorrente da produção da memória individual diária, considerando a nossa bagagem de vida, nossos conhecimentos, experiências, lembranças e esquecimentos, as absorções e misturas. Apesar de vasto, e possivelmente caótico, trata-se de um recorte mais ingênuo e natural, bem diferente daquele, fruto do poder simbólico exercido pelo Estado. Esse recorte tendencioso (que esquece para deslegitimar, desconsiderar, desautorizar, clivar, excluir, tolher e alienar) está muito bem fundamentado nas leis, regulamentos e procedimentos que orientam o fazer nos campos de conhecimento. Nesse contexto, emerge outra nova prática: a inclusão dos arquivos para a população, não apenas para os pesquisadores e acadêmicos, mas para os cidadãos comuns, por meio do desenvolvimento de estratégias e recursos que visem estimulá-los ao seu uso. Para cumprir a real democratização da informação, é necessário dar acesso aos arquivos e ensinar o cidadão a utilizá-lo dentro de todas as suas possibilidades. O uso democrático dos arquivos é aquele em que o acesso é regra e o sigilo, exceção.

O Estado ainda não reconhece na implementação dessas atividades a possibilidade de uso dos recursos informacionais produzidos como forma de estimular a gestão participativa e de ampliar a conquista dos direitos civis, propiciando a superação de muitas das desigualdades sociais e a construção da cidadania plena. Ainda é possível ouvir ecoar a voz de Bellotto ao dizer que os documentos são “um arsenal da administração e um celeiro da história”. Perguntamos: em que instância a memória é contemplada neste tipo de afirmação?

Um recurso para envolver o cidadão no processo de pertencimento e de preservação da memória social é investir em atividades de educação patrimonial. Ao realizar oficinas, exposições, cursos, elaborar atividades para crianças, adolescentes e para a comunidade em geral (sem focar apenas nas necessidades dos pesquisadores, acadêmicos e consultantes habituais), o arquivista passa a dar visibilidade ao aspecto social dos arquivos, enquanto objeto e instituição, e a incentivar o interesse da sociedade pelos arquivos e o que eles têm a oferecer. De que maneira o cidadão se reconhecerá nos arquivos se eles não o representam? Orientar esse processo de identificação e reconhecimento é uma das atividades do arquivista como mediador entre arquivo e sociedade. A partir desse movimento, o cidadão poderá passar a cobrar a obtenção de uma participação efetiva na escolha do que preservar, do que estudar, sobre o que refletir, e o arquivista passará a cumprir melhor o seu papel social.

Em resumo, pensar a Arquivologia à luz da pós-modernidade implica no reconhecimento da condição sócio-histórica e geográfica; na busca por novas bases em uma Teoria da Sociedade e não mais em uma Teoria do Estado; assumir suas intencionalidades e indicativos ideológicos; entender as mudanças sociais para entender como isso afeta à Arquivologia (ela não é autônoma, ela está inserida na sociedade); e na especulação sobre a natureza do conteúdo dos arquivos. Os arquivistas devem estar preparados para reconhecer, sistematizar e pesquisar as mudanças drásticas ocorridas na sociedade para, então, investigar os seus impactos na tradição, culminando na reformulação de conceitos e práticas arquivísticas, como proveniência, ordem original, documentos arquivísticos, fundos arquivísticos, arranjo e descrição, avaliação, preservação, classificação, arquivo, usuário e acesso.

Urge conferir continuidade ao desenvolvimento das agendas de pesquisa na área, de maneira que o estado da arte de Arquivologia se estabilize e se fortaleça, bem como possibilitar o reconhecimento do arquivista como agente social e a definição e apresentação do papel social do arquivo. As mudanças são possíveis desde que ocorram em confluência com a lógica: primeiro devem ser desenvolvidas as pesquisas em Arquivologia, para que se possa compreender a área e sua realidade, as demais providências vêm em segundo plano.

Existe um provérbio africano, decorrente de um símbolo *akan* (um pássaro com a cabeça voltada para trás, de maneira a formar um círculo), etnia presente em Gana e na Costa do Marfim, chamado *Sankofa*. Em livre tradução, *Sankofa* significa “nunca é tarde para voltar e buscar o que ficou para trás”. Inclusive, este aforismo foi reproduzido na dedicatória deste trabalho. O símbolo e o aforismo nos ensinam que não é possível avançar sem ponderar o passado. A inovação não precisa renunciar a uma ancoragem na tradição. O que queremos

dizer é que a oralidade e escrita se complementam e funcionam juntas como formas de comunicação. Os benefícios que a linearidade bidimensional da escrita proporcionou e proporciona ao mundo ocidental estão firmados sobre uma base concreta de conhecimento e sabedoria oriundos da narrativa oral<sup>17</sup>. Não é arriscado dizer que tudo o que temos e somos hoje, em termos de conhecimento, é resultante das sociedades ancestrais que se preocuparam em preservar, por meio da oralidade (narrativa, sabedorias, mitos, rituais, rezas, fábulas etc), as suas experiências. Como vimos nos capítulos anteriores, é impossível pensar a escrita sem a oralidade, mas, apesar da insistência do fetichismo do papel, continuaremos povos essencialmente orais.

A pós-modernidade propõe a suspeita e a rebelião contra o moderno e sua peculiar ansiedade pela verdade e pela estabilidade das coisas. Deixemos, pois, o mal-estar se instalar. Somente a partir dele é possível eclodir a desconfiança e as inquietações capazes de promover profundas mudanças paradigmáticas. Cumpre-nos o empoderamento do nosso papel social e a transcendência das tradições para sempre questionarmos: por que continuamos fazendo as mesmas coisas se a realidade agora é outra?

Este trabalho não pretendeu encerrar discussões nem oferecer soluções fechadas, mas levantar questionamentos de ordem social para uma atuação mais saudável e consciente dos arquivistas. A ideia aqui é, sobretudo, trazer à tona questões que ainda podem nos tirar da zona de conforto e fazer perguntar, sem descanso, “mas por quê”?

\*

Carlos Drummond de Andrade não foi arquivista, mas foi funcionário público por mais de 40 anos, uma armadilha burocrática da qual nem ele conseguiu escapar. De nada adiantou escrever poesia melancólica:

Somos todos funcionários.  
Assina o ponto da vida,  
poesia; depois, recolhe  
o justo salário, o prêmio  
de não varar a capoeira  
na direção do mistério,  
de esquecer o jeito nosso  
de pegar onça no chumbo  
e soletrar sem temor

---

<sup>17</sup> DRAVET, Florence Marie; OLIVEIRA, Alan Santos de. Relações entre oralidade e escrita na comunicação: Sankofa, um provérbio africano. **Miscelânea**, Assis, v. 21, p. 11-30, jan.-jun. 2017.

os caminhos d'água do  
São Francisco e Rio Doce.  
Acabou-se,  
eis que só há um caminho:  
repartição<sup>18</sup>.

Suas memórias, inquietações, segredos mais íntimos, poesias, contos, crônicas não cabiam nele mesmo e transbordaram para o papel. O poeta mineiro também registrou no coração e na memória dos leitores um pouco de si. Ao que parece, se preocupava com a questão dos arquivos pessoais e com a memória (seria um legado do seu tempo de burocrata?). Finalizamos com um pequeno trecho de uma de suas crônicas para o *Jornal do Brasil* (já extinto em papel, convém dizer), intitulada *Arquivo em dia de chuva*. Ainda bem.

Também escrevi coisas assim para centenas de pessoas, que talvez a esta hora estejam praticando a mesma faxina, graças à chuva. Em algum lugar do Brasil, rasgam-me por efeito de chuva. As correspondências de velhos amigos que se forma ou ainda vivem (que crueldade intrínseca nesta palavra: ainda!), estas não deviam ficar misturadas, por mesquinha ordem alfabética, a papéis que já não dizem coisa alguma, como de resto a quase totalidade dos papéis, tempos depois de escritos. Aquelas me doem porque não usei envoltórios plásticos transparentes para conservá-las livres de estrago pelo manuseio e pelo tempo. Devia abrir com frequência maior as pastas em que se encontram. Sei o que essas cartas dizem, mas é doce fingir que ignoro o conteúdo, e tomar conhecimento dele por mais uma primeira vez. Onde estão Rodrigo e Aníbal e Mário e Emílio e Manuel e Milton e Alberto e outros, outros? Espalhados sob lápides e inscrições? Não; estão aqui, comigo, a um metro de distância, conversáveis, conversando. Sem emissão de voz; a letra é voz, a caligrafia fala. Cartas de pais e irmãos formam outro bloco vivo de acontecimentos, lembranças, coisas indelévels, de uma doçura venenosa, de tão funda. Todos foram-se embora. Todos ficaram. Paro de revolver guardados num poço sem fundo, chamado arquivo. A chuva começa a serenar. Ainda bem.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> O original está preservado no Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. No documento, lê-se esta indicação em caixa-alta: "O JORNAL/ RIO/ PUBLICADO COM PSEUDÔNIMO/ TEXTO REMANEJADO".

<sup>19</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. **Arquivo em dia de chuva**. *Jornal do Brasil*, 19 nov. 1981, Caderno B, p. 7.

## REFERÊNCIAS

ALBITE, S.; BRITO, A.; CARDOSO, J.C.. Entrevista com Armando Malheiro. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-30, jan/jun. 2005. Disponível em: < <http://arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=71&layout=abstract> >. Acesso em: 20 ago 2017.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropofágico. In: \_\_\_\_\_. **A utopia antropofágica**. 2ed. São Paulo: Globo, 1995. (Obras completas de Oswald de Andrade).

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. Publicações Técnicas, n. 51.

\_\_\_\_\_. **Gestão de documentos**: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 98p. Publicações Técnicas, n. 55.

\_\_\_\_\_. **Manual de Arranjo e descrição de arquivos**. Preparado pela Associação dos Arquivistas holandeses. Trad. de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. Imaginação classificatória e cultura documental. In: **Informação Arquivística**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 27-47, jul./dez. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. p. 197-221.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3ª ed. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008.

BORGES, Jorge Luis. A Biblioteca de Babel. In: **Ficções**. Porto Alegre: Editora Globo S.A, 1972.

\_\_\_\_\_. 1952. O idioma analítico de John Wilkins. In: **Outras Inquisições**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 de janeiro de 1991. Disponível em < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm) >. Acesso em: 10 de nov. 2017.

CARDOSO, J.C. Entrevista com José Maria Jardim. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.7-21, jan/jun.2006. Disponível em: <

<http://arquivística.net/ojs/viewarticle.php?id=71&layout=abstract> >. Acesso em: 20 ago 2017.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: JELÍN, Elisabeth (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 195-221.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004. **Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos**. Diário Oficial da União Nº 137, p. 5, jul. 2004. Seção 1.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 123-148, jul./dez.2012.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DRAVET, Florence Marie; OLIVEIRA, Alan Santos de. Relações entre oralidade e escrita na comunicação: Sankofa, um provérbio africano. **Miscelânea**, Assis, v. 21, p. 11-30, jan.-jun. 2017.

FARGE, Arlette; MURAD, Fatima (trad). **O Sabor do Arquivo**. São Paulo, EDUSP, 2009.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como organização, poder e controle. **Revista de Administração de Empresas**. v. 51, n. 5, 2011. Disponível em: < <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-51-num-5-ano-2011-nid-46741/> >. Acesso em 20 nov. 2017.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GERALDI, João Wanderley. Culturas orais em sociedades letradas. In: **Educação e Sociedade**, ano XXI, n.73, 2000.

GOMES, Domicia; BARRETO, Marcos. **Pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil - I Encontro Estadual dos Arquivos Públicos Minas Gerais – Campanha de Sensibilização para Criação de Arquivos Municipais**. jul/2009.

GOODY, Jack. **Cultura escrita em sociedades tradicionais**. Barcelona: Gedisa, 1996.

\_\_\_\_\_. **Domesticação do pensamento selvagem**. Petrópolis: Vozes, 2012a. (Coleção Antropologia).

\_\_\_\_\_. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis: Vozes, 2012b. (Coleção: Antropologia).

GREENE, Mark. The Power of meaning: the archival mission in the postmodern age. *The American archivist*, vol. 65 (spring/summer 2002). p. 42-55.

GUSDORF, Georges. **Mito e Metafísica**. São Paulo: Convívio, 1980.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A Tradição viva**. História geral da África. Ed. Joseph Ki-Zerbo. 2. Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*. v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007. Disponível em: < <http://www.brapci.inf.br/v/a/5190> >. Acesso em: 20 nov. 2017.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, vol. 25, n. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. “A pesquisa em Arquivologia”. In: VALENTIM Marta Ligia P. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo. Cultura Acadêmica Editora, 2012, p 135-153.

\_\_\_\_\_. **Sabores e saberes do arquivo**. Resenha do livro **O sabor do arquivo**. FARGE, Arlette. São Paulo: Edusp, 2009. PontodeAcesso, Salvador, V.5, n.1, p.109-111, abr 2011. Disponível em: < <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/5078/3687>. Acesso em 12/05/2015 >. Acesso em: 24 de nov. 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus, 2005.

LÉVY-BRUHL, L. **Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures**, Paris, Alcan, 1910.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita. **Signótica**, Goiás, vol. 9, n. 1, p.119-145, jan/dez. 1997. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7396/0> >. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Oralidade e escrita: uma ou duas leituras do mundo? **Linha d'Água**, São Paulo, n. 15, p. 41-62, set.2001.

MARTÍN-POZUELO, M. Paz. artigo El observatório de prospectiva archivística y sociedad: modelo de análisis para el estudio de la construcción social del futuro de la archivística. In: MARIZ, A.C.A; JARDIM, J.M; SILVA, S.C.A. (Org.) **Novas dimensões da pesquisa e do ensino de Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação do Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.



MARTINS, Ismênia de Lima. A utilização popular do arquivo. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4., 1979, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1979. p. 443-449.

MOYSÉS, Maria Aparecida A.; GERALDI, João Wanderlei; COLLARES, Cecília A. L. As aventuras do conhecer: da transmissão à interlocução. In: **Educação e Sociedade**, ano XXIII, nº 78, Abril/2002. p. 91-116.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, p. 7-26, dez. 1993.

PESSOA, Fernando. Poemas Inconjuntos. In: **Poemas de Alberto Caetano**. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, p. 19-33, primavera/1988.

RABELLO, E. T.; PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em < <http://www.josesilveira.com> > Acesso em: 10 jun. 2015.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. Os Fundamentos da Organização Burocrática: uma Construção do Tipo Ideal. In: CAMPOS, Edmundo (organização e tradução). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

ZILBERMAN, Regina. **Memória entre oralidade e escrita**. Letras de Hoje. PUCRS, 2006. Disponível em: < [revistaseletronicas.pucrs.br](http://revistaseletronicas.pucrs.br) > Acesso em: 10 jun. 2015.